



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS FÍSICAS

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014



MARÇO/ 2015

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS FÍSICAS

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014

Relatório de Gestão do exercício de 2014 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, com alterações da Instrução Normativa TCU nº 72/2013, da Decisão Normativa TCU nº 134/2013, com as alterações da Decisão Normativa nº 139/2014, e da Portaria TCU nº 650/2014 e das orientações de controle interno.

Rio de Janeiro, março de 2015.

SUMÁRIO

Introdução.....	5
1 IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE JURISDICIONADA CUJA GESTÃO COMPÕE O RELATÓRIO	7
1.1 Identificação da unidade jurisdicionada	7
1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade	7
1.2.1 Finalidade	7
1.2.2 Competência Institucional	7
1.3 Organograma funcional	8
1.4 Macroprocessos finalísticos (Ações específicas da unidade jurisdicionada no PPA):	15
2 INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA.....	17
2.4 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos.....	17
3 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	19
3.1 Canais de acesso do cidadão.....	19
3.3 Acesso às informações da unidade jurisdicionada	19
3.5 Medidas relativas à acessibilidade.....	19
4 AMBIENTE DE ATUAÇÃO.....	20
4.1 Informações sobre o ambiente de atuação da unidade jurisdicionada	20
5 PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS.....	21
5.1 Planejamento das ações da unidade jurisdicionada	21
5.2. Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados.....	23
5.2.1.1 Análise Situacional	24
5.2.2 Objetivo	24
5.2.3 Ações	34
5.2.3.1 Ações – OFSS	34
5.2.3.3 Ações não Previstas na LOA 2014 – Restos a Pagar não Processados – OFSS.....	36
5.2.3.5 Análise Situacional	37
5.4 Informações sobre indicadores de desempenho operacional.....	37
6 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	41
6.1 Programação e execução das despesas	41
6.1.1.1 Análise Crítica	41

7	GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS	55
7.1	Estrutura de pessoal da unidade.....	55
7.2	Contratação de mão de obra de apoio e de estagiários	57
8	GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO.....	60
9	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	62
10	GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....	63
11	ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE.....	64
11.2	Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI)	64
11.2.1	Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício .	64
11.2.2	Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício	69
12	INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	72
12.1	Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.....	72
12.2	Apuração dos custos dos programas e das unidades administrativas.....	72
12.3	Conformidade Contábil	72
12.4	Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis	72
13	OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO.....	74

Introdução

O Relatório de Gestão do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF) obedece a determinações exaradas pelo Tribunal de Contas da União através dos seguintes instrumentos:

- Instrução Normativa TCU nº 63/2010 (com alterações da IN TCU 72/2013) - Normas gerais de organização e de apresentação dos relatórios de gestão
- Decisão Normativa TCU nº 134/2013 - Relatórios de Gestão de 2014
- Portaria TCU nº 650/2014 - Estruturação dos Conteúdos do Relatório de Gestão

A estrutura adotada obedece ao Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 134/2013.

Quanto aos itens que se seguem, conforme justificativa específica, não houve ocorrência no exercício de 2014 ou o item não se aplica à instituição:

No **item 1**, “Identificação da unidade jurisdicionada”, não se aplicam os itens 1.1.2 “Relatório de gestão consolidado”, 1.1.3 “Relatório de gestão agregado” e 1.1.4 “Relatório de gestão consolidado e agregado”, pela própria natureza da unidade, órgão simples do MCTI. O quadro A.1.4 "Macroprocessos finalísticos" não foi aplicável por inadequação de espaço. O respectivo conteúdo foi apresentado textualmente.

No **item 2**, “Informações sobre a governança”, não se aplicam os itens 2.1, 2.2, 2.3 e 2.5 pois não existe formalizado na estrutura da UJ um órgão de controle interno ou de auditoria que emita recomendações, assim como Diretoria Estatutária e/ou Conselhos de Administração e Fiscal, embora as ações institucionais tenham acompanhamento direto da Direção, do Comitê Assessor Científico - COCI e dos Comitês Supervisores das Coordenações. Embora não formalizada uma estrutura na UJ com a função de um Sistema de Correição da Unidade, comissões são instituídas quando necessário para resolver os casos surgidos.

No **item 3**, "Relacionamento com a sociedade" não se aplicam os itens 3.2 "Mecanismos para medir a satisfação dos produtos e serviços" e 3.4 "Avaliação do desempenho da unidade jurisdicionada", pois a UJ é um instituto de pesquisa, não possuindo usuários de produtos e/ou serviços propriamente ditos como consumidores da prestação da atividade-fim realizada (pesquisa). Por isso, seus mecanismos de relacionamento com a sociedade dizem mais respeito à divulgação científica, isto é, atividades de divulgação da ciência voltada ao público não especializado. Como a UJ possui um programa de Pós-Graduação, pode-se medir a qualidade do ensino pela nota máxima atribuída pela Capes (7).

Quanto ao **item 6**, "Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira", não houve ocorrência quanto ao **subitem 6.2** - "Despesas com publicidade" no exercício em referência ou em exercícios anteriores, por esta razão o Quadro A.6.2 não se aplica. Também não há informações sobre o **subitem 6.3** “Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos”, nem 6.5.1 "Caracterização dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de referência". Pelo mesmo motivo, não se aplica o subitem **6.5.3** "Transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de

cooperação e contratos de repasse", assim como não houve ocorrência quanto ao **subitem 6.7.1.1** "Benefícios Financeiros e Creditícios Geridos pela UJ ou Benefícios Financeiros e Creditícios Estimados e Quantificados pela UJ". Não se aplica o **item 6.7.2 e respectivos subitens**, porquanto não há ocorrência para "Informações sobre Renúncia Tributária"; nem em relação a "Informação sobre a gestão de Precatórios" (**item 6.8**), pois a unidade não pratica os referidos atos.

Quanto ao **item 7** "Informações sobre Recursos Humanos", não houve ocorrência quanto ao subitem 7.1.4.2 – "Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada", pois, segundo o Serviço de Recursos Humanos da UJ, não existem cargos e atividades inerentes ao plano de cargos da UJ.

No **item 8**, "Gestão do patrimônio mobiliário e imobiliário", não houve ocorrência para o subitem 8.2.2.2 "Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UJ", tampouco do 8.2.3 – "Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob responsabilidade da UJ".

No **item 11**, "Atendimento de demandas de órgãos de controle", não se aplicam os subitens sobre demandas do TCU 11.1 "Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU" e 11.1.1 "Deliberações do TCU Atendidas no Exercício", pois este Tribunal não dirigiu deliberação a ser atendida pela UJ no exercício de 2014 ou nos anteriores. Não se aplica o subitem 11.4 "Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário em 2014", eis que não houve dano ao erário.

No **item 12** não se aplica o subitem 12.4.2 "Declaração do Contador com Ressalvas sobre a Fidedignidade das Demonstrações Contábeis". Não se aplicam os pontos 12.5 e 12.6. Tampouco se aplica o 12.7, pois que a UJ não é acionista, nem o 12.8 "Relatório de Auditoria Independente".

1 IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE JURISDICIONADA CUJA GESTÃO COMPÕE O RELATÓRIO

1.1 Identificação da unidade jurisdicionada

Quadro A.1.1.1 – Identificação da UJ

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação 1988			Código SIORG: 1988
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS FÍSICAS			
Denominação abreviada: CBPF			
Código SIORG: 24751	Código LOA: Não se aplica		Código SIAFI: 240120
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão da Administração Direta do Poder Executivo			
Principal Atividade: Pesquisa e Desenvolvimento em Ciências Físicas e Naturais			Código CNAE: 7210-0/00
Telefones/Fax de contato:	21-2141- 7417	21-2141- 7385	21-2141-7400
Endereço eletrônico: lazaro@ cbpf.br; frl@ cbpf.br			
Página da Internet: www.cbpf.br			
Endereço Postal: Rua Dr. Xavier Sigaud, 150 - Urca - Rio de Janeiro – CEP: 22290-180 – Est. do Rio			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Art. 2º, Decreto nº 5.886 de 06 de setembro de 2006			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Regimento Interno do CBPF - Portaria Nº 638, de 27 de setembro de 2007 e Portaria Nº 11, de 14 de abril de 2008			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Portaria nº 37/2005 - Regulamento para Visitantes e Pós-docs.			

1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

1.2.1 Finalidade

O CBPF tem por finalidade realizar pesquisa básica em Física e desenvolver suas aplicações, atuando como instituto nacional de Física do MCT e polo de investigação científica e formação, treinamento e aperfeiçoamento de pessoal científico.

1.2.2 Competência Institucional

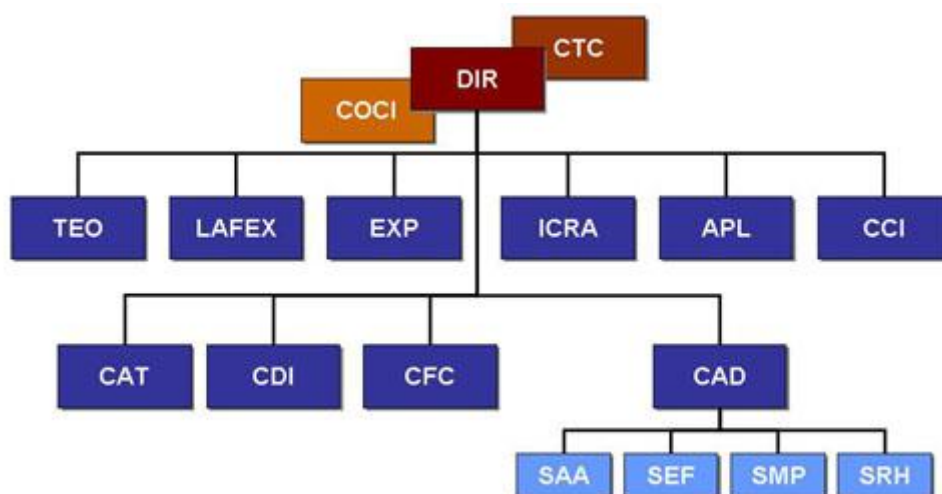
- I - promover e realizar estudos e pesquisas no campo da física e suas aplicações, considerando as prioridades nacionais na área da física;
- II - criar e manter programas de pós-graduação em física e cursos especiais;
- III - estabelecer intercâmbio científico;

IV - promover a difusão do conhecimento científico, no campo da sua área de atuação;
 V - desenvolver e transferir e/ou comercializar, mediante processo licitatório, serviços e produtos técnico-científicos gerados pelo CBPF;

VI – manter e divulgar um acervo de documentação/informação sob suportes variados e biblioteca especializada; e

VII - transferir para a sociedade serviços e produtos singulares, resultantes de suas atividades de pesquisa e desenvolvimento, mediante o cumprimento de dispositivos legais aplicáveis.

1.3 Organograma funcional



O organograma está em conformidade com a Portaria Ministerial nº 638, de 27 de setembro de 2007 que aprova o Regimento Interno da Instituição.

A administração geral do CBPF é conduzida por uma Diretoria e um Conselho Técnico-Científico, formado por 3 membros internos e 6 externos. Também integra a instância decisória um Comitê Assessor Científico – COCI.

A Diretoria - O CBPF é dirigido por um Diretor, cujo cargo em comissão é nomeado a partir de lista

tríplice elaborada por Comitê de Busca, criado pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação. O Diretor poderá ter dois exercícios consecutivos, a partir dos quais somente poderá ser reconduzido após intervalo de 48 meses.

O Conselho Técnico-Científico - CTC, instituído pela Portaria nº 510, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI, de 21/07/2003, é unidade colegiada com a função de orientação e assessoramento ao Diretor no planejamento das atividades científicas e tecnológicas do CBPF.

O Comitê Científico Assessor - COCI, criado pela Portaria nº 10, de 24 de Outubro de 2001, aprovado pelo CTC do CBPF, é um órgão consultivo e suas decisões têm caráter subsidiário para ações da Diretoria, devendo ser submetidas à aprovação do CTC, sempre que necessário.

A regulamentação que rege tais instâncias está disponível na página eletrônica da instituição no item CBPF/Regimentos (www.cbpf.br).

Competência das Unidades

TEO - À Coordenação de Física Teórica, compete:

- I - coordenar e desenvolver pesquisas no campo da física teórica, de acordo com as especificações do Plano Diretor do CBPF; e
- II - coordenar a interação entre os grupos dedicados à pesquisa em física teórica, física computacional e matemática;

LAFEX - À Coordenação de Física Experimental de Altas Energias compete:

- I - coordenar e desenvolver pesquisas no campo da física de altas energias, em aceleradores, em raios cósmicos e na física nuclear, de acordo com as especificações do Plano Diretor do CBPF;
- II - coordenar a interação entre os grupos dedicados à pesquisa em física de altas energias; e
- III - supervisionar e coordenar pessoal bem como o uso de laboratórios de tecnologias avançadas.

EXP - À Coordenação de Física Experimental de Baixas Energias compete:

- I - coordenar e desenvolver pesquisa experimental no campo da física da matéria condensada, da física atômica e molecular e da física de plasmas de baixas energias, de acordo com as especificações do Plano Diretor do CBPF;
- II - coordenar a interação entre os grupos dedicados à pesquisa em física de baixas energias; e
- III - supervisionar e coordenar pessoal, bem como o uso de laboratórios de tecnologias avançadas.

APL - À Coordenação de Física Aplicada compete:

- I - coordenar e desenvolver pesquisa experimental, na área de física aplicada, física de plasma e áreas interdisciplinares, de acordo com as especificações do Plano Diretor do CBPF;
- II - coordenar a interação entre os grupos dedicados à pesquisa em física aplicada;
- V - supervisionar e coordenar pessoal, bem como o uso de laboratórios de tecnologias avançadas

ICRA - À Coordenação de Cosmologia, Relatividade e Astrofísica compete:

- I – representar o CBPF junto ao *International Center for Relativistic Astrophysics* - ICRA, dentro do acordo de cooperação firmado pelo Governo Brasileiro;
- II - coordenar, desenvolver e apoiar pesquisas experimentais e observacionais no campo da pesquisa em astrofísica relativista e cosmologia teórica e observacional, em particular de grupos associados ao *International Center for Relativistic Astrophysics* - ICRA, de acordo com as especificações do Plano Diretor do CBPF; e
- III - desenvolver rede eletrônica para troca de informações entre laboratórios e departamentos que atuam no campo da astrofísica relativista e cosmologia teórica e observacional;

Às Coordenações Científicas acima compete ainda:

- I - estimular a manutenção de linhas de pesquisas, bem como a abertura de novas propostas de caráter inovador no campo do conhecimento da sua área de competência;
- II - apoiar o intercâmbio de informações científicas entre os membros da Coordenação, destinadas ao desenvolvimento de programas nacionais e internacionais;
- III - promover e realizar seminários, encontros, cursos e outros eventos pertinentes à sua área de atuação;
- IV - colaborar na formulação da programação e execução de cursos de pós-graduação no âmbito do CBPF;
- V - dar suporte ao desenvolvimento de programas e projetos de cooperação técnica e científica; e
- VI - atuar em outras atividades que lhe forem cometidas pertinentes à sua área de competência.

CAT - À Coordenação de Atividades Técnicas compete:

- I - coordenar as atividades técnicas que viabilizam a utilização de laboratórios nas áreas de mecânica, de eletrônica, de criogenia, de computação para uso científico, entre outras de suporte às demais Coordenações, de acordo com as especificações do Plano Diretor do CBPF;
- II - prestar serviços técnicos e apoio logístico especializados às demais áreas do CBPF, na realização de projetos de instrumentação científica e tecnológica;
- III - desenvolver tecnologias para equipamentos e instrumentos científicos;
- IV - elaborar e realizar em articulação com as demais coordenações do CBPF a programação de manutenção e reposição de equipamentos e instrumentos de laboratórios;
- V - efetuar ou orientar a especificação de materiais, equipamentos e instrumentos de uso científico em consonância com as demandas das demais Coordenações;
- VI – promover reuniões periódicas do Comitê Supervisor da Coordenação;
- VII - executar ou participar da realização de eventos promovidos no âmbito do CBPF, em articulação com as demais Coordenações; e
- VIII - atuar em outras atividades que lhe forem solicitadas pertinentes à sua área de competência.

CDI - À Coordenação de Documentação e Informação Científica compete:

- I - planejar, coordenar e executar pesquisas realizadas no âmbito da preservação da memória documental para a história do CBPF, de acordo com as especificações do Plano Diretor do CBPF;
- II – manter uma biblioteca na área de física com acesso para o público externo;
- III - assessorar e orientar instituições científicas sobre seus acervos, bem como atender a demanda dos demais usuários internos e externos;
- IV - selecionar, adquirir, registrar e organizar os acervos bibliográficos, audiovisual e multimídia de acordo com a política de aquisição do CBPF;
- V - implementar e controlar a circulação de documentos do acervo da biblioteca;
- VI - controlar e manter atualizadas as assinaturas de periódicos;
- VII - elaborar o inventário do acervo dentro da periodicidade estabelecida;
- VIII - aplicar os sistemas de classificação, tesouros e outros instrumentos próprios para a recuperação da informação, de acordo com as especificidades do acervo;

- IX - disseminar o acervo e divulgar publicações e os trabalhos específicos da física e áreas afins, assim como aqueles resultantes de eventos promovidos pelo CBPF;
- X - constituir e disseminar base de dados na sua área de atuação;
- XI - executar programa de intercâmbio com outras bibliotecas, centros de informação ou outras instituições que atuem na área de interesse da biblioteca;
- XII - promover reuniões periódicas do Comitê Supervisor da Coordenação;
- XIII - acompanhar o surgimento e implementar novas tecnologias para o tratamento, uso, recuperação e disseminação da informação; e
- XIX - atuar em outras atividades pertinentes à sua área de competência.

CCI - À Coordenação de Colaborações Científicas Institucionais compete:

- I - coordenar a estruturação e organicidade de projetos consorciados, nacionais ou internacionais, de acordo com as especificações do Plano Diretor do CBPF;
- II - prestar assessoria ao MCT na elaboração de protocolos e implantação de grandes estruturas institucionais de apoio à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico nas áreas de atuação do CBPF;
- III - promover a articulação das Coordenações do CBPF com o MCTI e demais entidades das diversas esferas de governo que possam colaborar no seu campo de atuação;
- IV - coordenar e supervisionar a realização dos eventos promovidos no âmbito do CBPF, em articulação com as demais Coordenações;
- V - colaborar com projetos relacionados com a divulgação e difusão do conhecimento nas áreas de atuação do CBPF;
- VI - promover reuniões periódicas do Comitê Supervisor da Coordenação;
- VII - coordenar e supervisionar a seleção e o cumprimento das normas de concessão de bolsas do Programa de Capacitação Institucional - PCI e outros programas com a mesma finalidade; e
- VIII - atuar em outras atividades pertinentes à sua área de competência.

CFC - À Coordenação de Formação Científica compete:

- I - coordenar e acompanhar o funcionamento dos programas de Pós-Graduação existentes no CBPF, de acordo com as especificações do Plano Diretor do CBPF;
- II - propor e acompanhar o cumprimento do calendário dos cursos de Pós-Graduação em articulação com as áreas de pesquisa, assim como organizar as disciplinas, definindo seus conteúdos de acordo com as linhas de pesquisa do CBPF;
- III - planejar, organizar e executar o processo seletivo para ingresso nos cursos de pós-graduação e distribuir as bolsas de estudo concedidas por órgãos governamentais;
- IV - instituir comissões e bancas para avaliação de candidatos e para julgamento de dissertações e teses;
- V - coordenar os programas de Iniciação e Vocação científica;
- VI - promover reuniões periódicas do Comitê Supervisor da Coordenação;
- VII - participar do processo de negociação, bem como coordenar e supervisionar a execução de programas e projetos de cooperação e parcerias estabelecidos em acordos, convênios e congêneres, de caráter regional, nacional e internacional, no seu campo de atuação; e
- VIII - atuar em outras atividades pertinentes à sua área de competência.

CAD - À Coordenação de Administração compete:

- I - planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relativas às áreas de recursos humanos, contabilidade, orçamento, finanças, material, patrimônio, almoxarifado, compras, suprimentos, importação, protocolo, arquivo, zeladoria, vigilância, transporte, manutenção, terceirização, serviços gerais e os demais aspectos administrativos, inclusive contratos e convênios, de acordo com as especificações do Plano Diretor Institucional;
- II - propiciar e coordenar o suporte administrativo necessário ao desenvolvimento e concretização das atividades fins do CBPF;
- III - formular e propor diretrizes e planos referentes à administração dos recursos, supervisionando a execução dos planos aprovados;
- IV - administrar o plano de contas e o plano operacional nos aspectos orçamentário, contábil e financeiro, bem como as suas atividades, de acordo com normas internas e legislação pertinente;
- V - fornecer infraestrutura administrativa às diversas áreas do CBPF, promovendo a manutenção preventiva e corretiva das instalações, de forma a preservar o seu patrimônio;
- VI - promover reuniões periódicas do Comitê Supervisor da coordenação;
- VI - coordenar a execução de compras no País e no exterior, como também a administração de bens e serviços;
- VII - prestar assessoramento e apoio administrativo à comissão permanente de licitação, em todas as fases do processo licitatório, de acordo com a legislação pertinente;
- VIII - coordenar, elaborar e conferir relatórios, quadros demonstrativos orçamentários, financeiros e contábeis entre outros documentos específicos de sua área de atuação; e
- IX - atuar em outras atividades pertinentes à sua área de competência.

SRH - Ao Serviço de Recursos Humanos compete:

- I - identificar necessidades de treinamento, planejar e organizar a realização de cursos, encontros, palestras, seminários e similares destinados a, visando à capacitação e ao desenvolvimento de recursos humanos, de acordo com as especificações do Plano Diretor do CBPF;
- II - aplicar, acompanhar e controlar os processos de Avaliação de Estágio Probatório e de Avaliação de Desempenho Funcional;
- III - organizar e manter atualizados os assentamentos funcionais dos servidores ativos, inativos e recursos humanos agregados;
- IV - preparar atos relacionados a ingresso, exercício e afastamento, temporário ou definitivo, vacância de cargos e funções, e expedir certidões, atestados, mapas de tempo de serviço, declarações e qualificação funcional de servidores entre outros documentos comprobatórios ou legais, bem como dar publicidade aos atos praticados;
- V - orientar e supervisionar a execução do controle de férias, frequência e licença e acompanhamento dos atos relacionados a provimento e falecimento dos servidores;
- VI - proceder à execução dos atos de lotação e movimentação interna dos servidores;
- VII - analisar processos de revisão de proventos e pensões;
- VIII - controlar as atividades relativas a licenças médicas e consultar junta médica para fins de perícia;
- IX - elaborar a folha de pagamento de servidores ativos, inativos e pensionistas;
- X - preparar processos relativos a pagamento de exercícios anteriores, restos a pagar, indenizações e auxílios devidos aos servidores;

- XI - coordenar as atividades voltadas à assistência social, médica, hospitalar e odontológica prestadas aos servidores e seus dependentes;
- XII - aplicar, como unidade complementar da Coordenação-Geral de Recursos Humanos do Ministério, as orientações emanadas daquela unidade;
- XIII - processar e instruir as solicitações de apoio de recursos humanos necessários a realização de projetos, contratos e convênios e outros acordos firmados pelo CBPF;
- XIV - elaborar e conferir relatórios, quadros demonstrativos orçamentários, financeiros e contábeis entre outros documentos específicos pertinentes à sua área de competência;
- e
- XV - atuar em outras atividades pertinentes à sua área de competência.

SEF - Ao Serviço Financeiro compete:

- I - preparar, orientar e acompanhar a elaboração da proposta orçamentária anual, de acordo com as especificações do Plano Diretor do CBPF;
- II - analisar as necessidades de reformulação orçamentária;
- III - processar a execução orçamentária, financeira e contábil, em conformidade com as normas do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI e dos órgãos de controle;
- IV - analisar, para efeito de liquidação da despesa, toda a documentação a ser encaminhada para pagamento, especialmente no que diz respeito a sua exatidão e legalidade;
- V - manter atualizada a legislação e normas internas, no tocante à administração orçamentária, financeira e contábil, observando o seu cumprimento;
- VI - efetuar o registro dos atos e fatos administrativos através da emissão dos documentos contábeis correspondentes;
- VII - efetuar e analisar as conciliações bancárias, propondo medidas para eliminação das pendências porventura existentes;
- VIII - receber, conferir, organizar e arquivar os movimentos financeiros, com a documentação básica anexada, exercendo a guarda e conservação dos mesmos;
- IX - elaborar e conferir relatórios, quadros demonstrativos orçamentários, financeiros e contábeis entre outros documentos específicos, por determinação superior de sua área de atuação, ou para atendimento a solicitações de órgãos supervisores e de controle interno e externo;
- X - conceder suprimento de fundos e controlar as respectivas prestações de contas;
- XI - dar suporte à elaboração da tomadas de contas;
- XII - comprovar a idoneidade de firmas, para fins de pagamento; e
- XIII - atuar em outras atividades pertinentes à sua área de competência.

SMP - Ao Serviço de Material e Patrimônio compete:

- I - receber, conferir, classificar e registrar pedidos de aquisição de material, prestação de serviços, execução de obras e terceirização, de acordo com as especificações do Plano Diretor do CBPF;
- II - processar as aquisições e alienações de materiais e bens patrimoniais, bem como a contratação de serviços e obras;
- III - receber, conferir, aceitar e armazenar, observadas as especificações de compra, os materiais adquiridos pelo CBPF;
- IV - controlar os prazos de entrega de material e execução de serviços contratados e propor aplicação de multas aos inadimplentes;

- V - prover as necessidades de material;
- VI - registrar e controlar os materiais em estoque;
- VII - fornecer o material regularmente requisitado, observando as disponibilidades e o estoque mínimo estabelecido;
- VIII - zelar para que os materiais existentes em estoque estejam armazenados de forma adequada e em local apropriado e seguro;
- IX - organizar e manter atualizada a coleção de catálogos e especificações técnicas de materiais e serviços;
- X - preparar os processos de dispensa de inexigibilidade de licitação e providenciar as respectivas ratificações, de acordo com a legislação específica;
- XI - apoiar o funcionamento da Comissão Permanente de Licitação, subsidiando, quando necessário, a elaboração de convites e editais de licitação;
- XII - examinar pedidos de inscrição de empresas no cadastro de fornecedores e prestadores de serviços, bem como promover sua inclusão e manutenção no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;
- XIII - comprovar a idoneidade de firmas, para fins de contratação de serviços e aquisição de materiais;
- XIV - fornecer, quando houver solicitação, atestado de capacidade técnica aos fornecedores e prestadores de serviço;
- XV - classificar, registrar, cadastrar e tomba bens patrimoniais;
- XVI - apoiar as comissões responsáveis pela realização de inventários de materiais e de bens patrimoniais e pela avaliação, reavaliação e alienação de bens móveis;
- XVII - registrar transferência de responsabilidade por guarda e uso de bens patrimoniais;
- XVIII - promover mudança, remanejamento, recolhimento e redistribuição de bens móveis;
- XIX - atestar o recebimento de materiais em nota fiscal, fatura ou documento equivalente;
- XX - elaborar, mensalmente, demonstrativo contábil de materiais adquiridos, fornecidos e em estoque, bem como de bens patrimoniais adquiridos, movimentados e nos quais foram efetuadas baixas; e
- XXI - atuar em outras atividades que lhe forem solicitadas pertinentes à sua área de competência.

SAA - Ao Serviço de Apoio Administrativo e Infraestrutura compete:

- I - elaborar o Plano Anual de Manutenção da Infraestrutura da instituição, bem como o planejamento anual de recursos para a manutenção e enriquecimento da infraestrutura, incluindo, entre outros, reparos e restauração de imóveis, móveis, instalações sanitárias, elétricas, hidráulicas, de acordo com as especificações do Plano Diretor do CBPF;
- II - efetuar controle mensal das despesas decorrentes da execução dos contratos, bem como dos gastos decorrentes da contratação de energia elétrica e telefonia e rádio-chamadas;
- III - administrar as atividades de serviços reprográficos, de circulação de correspondências e de controle e expedição de malotes;
- IV - supervisionar e controlar a execução dos serviços de limpeza, conservação, jardinagem, reparos e restauração de imóveis, móveis, instalações sanitárias, elétricas, hidráulicas e outras;
- V - coordenar e controlar as atividades de vigilância, recepção, portaria, zeladoria e circulação de pessoal nas dependências do CBPF;

VI - acompanhar e providenciar a manutenção de viaturas e equipamentos, assim como controlar o consumo de combustíveis e lubrificantes, acessórios e peças de reposição;

VII - promover medidas para manter atualizada a documentação de veículos, assim como adotar os procedimentos quanto à operação, utilização e manutenção de viaturas e equipamentos;

IX - gerenciar a demanda de energia elétrica, de água e de outros insumos, introduzindo controle informatizado e promovendo ações para diminuir seus gastos; e

XI - atuar em outras atividades pertinentes à sua área de competência.

Quadro A.1.3 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
TEO	Física Teórica	Evaldo Curado	Pesquisador	desde 13/06/2013
LAFEX	Física Experimental de Altas Energias	Ignácio Alfonso	Pesquisador	desde 13/06/2013
EXP	Física Experimental de Baixas Energias	Rubem Sommer	Pesquisador	desde 07/03/2013
APL	Física Aplicada	Alexandre Rossi	Pesquisador	desde 13/06/2013
ICRA	Cosmologia, Relatividade e Astrofísica	Gilvan Alves	Pesquisador	desde 30/09/2014
CAT	Atividades Técnicas	Márcio Albuquerque	Tecnologista	desde 04/07/2014
CDI	Documentação e Informação	Alfredo Ozorio	Pesquisador	desde 25/09/2013
CCI	Colaborações Científicas	Ivan Oliveira Jr.	Pesquisador	desde 15/08/2013
CFC	Formação Científica	Itzhak Roditi	Pesquisador	desde 15/08/2013
CAD	Administração	Francisco Leonardo	Assistente em C&T	desde 12/09/2000
SRH	Recursos Humanos	Márcia Cristina	Assistente em C&T	desde 18/04/2013
SEF	Financeiro	Raimundo Nonato	Assistente em C&T	desde 08/03/1999
SMP	Material e Patrimônio	Eduardo Mendonça	Assistente em C&T	desde 05/03/2007
SAA	Apoio e Infraestrutura	Alexandre Costa	Analista em C&T	desde 05/09/2014

1.4 Macroprocessos finalísticos (Ações específicas da unidade jurisdicionada no PPA):

AÇÃO – 19.571.2021.20UM – CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NO CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS FÍSICAS.

PO: 19.571.2021.20UM.0001.0001

METAS

- Reforçar as áreas de pesquisa tradicionalmente desenvolvidas no CBPF, como Física de Altas Energias, Física Teórica, Cosmologia, Física da Matéria Condensada, Física de Sistemas Biológicos e Biomateriais, Física Aplicada, Física Computacional, Instrumentação Científica, etc, priorizando algumas linhas de pesquisa em que a instituição possa alcançar uma posição de liderança no cenário nacional;
- Estabelecer o CBPF como instituição de referência para a comunidade brasileira de Física, com atuação destacada na promoção de novos desenvolvimentos científicos, na consolidação e operação de grandes colaborações nacionais e internacionais, na especialização e fixação de novos pesquisadores e na implantação de laboratórios multiusuários abertos à comunidade; e
- Desenvolver novas áreas de atuação, tanto na pesquisa científica de fronteira como na tecnológica, incluindo implantação de infraestrutura científica adequada, que sejam relevantes para o desenvolvimento soberano e sustentável da ciência e tecnologia no País.

Cumprir destacar que os serviços e produtos dos respectivos macroprocessos finalísticos dizem respeito à formação de recursos humanos e publicações de novas descobertas/avanços em pesquisas físicas básicas e aplicadas produzidas pela UJ, contribuindo para o desenvolvimento da inovação tecnológica. Clientes imediatos são pesquisadores de física em geral, e, mediatamente, a sociedade brasileira, que recebe as vantagens do patrimônio de conhecimento científico gerado. Não há subunidades na UJ, mas coordenações e serviços, que em conjunto são responsáveis pelos macroprocessos finalísticos apontados. Entretanto, como a atividade-fim é a pesquisa, as coordenações científicas possuem um papel protuberante nesse sentido. Outrossim, reconhece-se que a área de comunicação social, representada pelo Núcleo de Comunicação Social do CBPF, é estratégica para o alcance do fortalecimento da imagem institucional.

PO: 19.571.2021.20UM.0001.0002 - APOIO A REDES E LABORATÓRIOS DE PESQUISA EM FÍSICA DE ALTAS ENERGIAS

METAS

- Promover o avanço científico e tecnológico da investigação das propriedades das partículas e suas interações fundamentais, através da consolidação e ampliação dos programas de pesquisa em física de altas energias.
- Coordenar as atividades de grupos atuantes em Física de Altas Energias e, em particular, as atividades associadas às grandes colaborações internacionais.

No caso específico dessas metas, a coordenação da UJ responsável é a LAFEX.

2 INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA

O CBPF não dispõe em sua estrutura de um órgão de controle interno ou de auditoria que emita recomendações, assim como de Diretoria Estatutária e/ou Conselhos de Administração e Fiscal, embora as ações institucionais tenham acompanhamento direto da Direção, do Comitê Assessor Científico - COCI e dos Comitês Supervisores das Coordenações.

Essas instâncias de acompanhamento, termo mais adequado do que controle, considerando-se a especificidade das atividades da instituição, têm como base normativa:

- Portaria Ministerial nº 638 de 27 de setembro de 2007 que aprova o Regimento Interno da Instituição;
- Portaria CBPF nº 10 de 24 de Outubro de 2001 que institui o Comitê Assessor Científico; e
- Portaria CBPF nº 24 de 01 de dezembro de 2004 que aprova o Regimento Interno do Comitê Assessor Científico.

A forma de atuação de tais instâncias se dá através de reuniões mensais em que as ações e procedimentos das áreas-fim e meio são apresentados e discutidos e soluções e redirecionamentos são propostos quando necessário, visando à consecução dos objetivos e metas traçados para o período.

2.4 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

A percepção da UJ sobre o tópico está retratada no quadro a seguir.

Quadro A.2.4 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.			x		
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		x			
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				x	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.		x			
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.		x			
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		x			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				x	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				x	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			x		
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				x	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos				x	

objetivos e metas da unidade.					
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			x		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		x			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		x			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		x			
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				x	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.				x	
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					x
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			x		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			x		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			x		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.			x		
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				x	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				x	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				x	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				x	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				x	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.	x				
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.		x			
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.		x			
Análise Crítica: o quadro reduzido de servidores sem reposição impede o estabelecimento de vários procedimentos e rotinas de controle, embora existam instâncias de acompanhamento conforme relatado na introdução desse item.					
Escala de valores da Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria .					
(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria .					
(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

3 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

Como a UJ é um instituto de pesquisa, não tem usuários de produtos e/ou serviços propriamente ditos, como consumidores da prestação de atividade-fim realizada (pesquisa). Por isso, seus mecanismos de relacionamento com a sociedade dizem mais respeito à divulgação científica, isto é, atividades de divulgação da ciência voltada ao público não especializado.

3.1 Canais de acesso do cidadão

A unidade possui balcão de atendimento ao cidadão logo na entrada de seu edifício-sede, portando computador com acesso ao e-SIC (Sistema de Informação ao Cidadão), com base na LAI (Lei de Acesso à Informação). Além disso, o atendimento realizado diretamente através do e-SIC é célere, sempre com observância dos prazos. Ocorre que a ferramenta parece não funcionar adequadamente do ponto de vista do princípio da eficiência da Administração Pública, já que, por razões desconhecidas, a maioria esmagadora das solicitações de informação recebidas não tratam de assunto de competência do órgão. Isso parece acarretar um desproporcional gasto de tempo das duas servidoras encarregadas de responder às perguntas que chegam através desse canal. A unidade também possui perfis nas mídias sociais, constantemente atualizadas, que permitem interação eficaz com o público, sobretudo a página mantida no Facebook: <https://www.facebook.com/cbpf.mcti>.

3.3 Acesso às informações da unidade jurisdicionada

O portal do CBPF na Internet obedece ao padrão oficial, dispondo de uma barra horizontal no topo da página para acesso à informação, legislação e participação. No menu lateral, há um link chamado “Acesso à Informação”. Nesta página (<http://portal.cbpf.br/acesso-a-informacao>), também na parte lateral, qualquer interessado pode clicar para acessar informações sobre: Institucional; Ações e Programas; Auditorias; Convênios; Despesas; Licitações e Contratos; Servidores; Perguntas Frequentes; Serviço de atendimento ao cidadão-SIC; Informações Classificadas; Sobre a LAI e Regimentos e Portarias.

3.5 Medidas relativas à acessibilidade

As instalações do CBPF atendem às normas de acessibilidade, isto é, de possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida, conforme a Lei nº 10.098/2000. Medidas de acessibilidade estão em vias de implementação no novo portal do CBPF na rede mundial de computadores (Internet), para o uso das pessoas portadoras de deficiência visual, garantindo-lhes o pleno acesso às informações disponíveis.

4 AMBIENTE DE ATUAÇÃO

4.1 Informações sobre o ambiente de atuação da unidade jurisdicionada

O Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas é um instituto de pesquisa pioneiro e tradicional no país, tendo sido fundado em 1949. Produz pesquisa – básica e tecnológica – e forma recursos humanos (possui um programa de pós-graduação), portanto, as entidades que ofertam produtos e serviços similares aos da UJ são as universidades.

Entretanto, a UJ se diferencia substancialmente dos outros institutos de pesquisa em física pelas suas pesquisas de vanguarda, por possuir um parque de laboratórios avançados abertos à comunidade e pela produção científica que é uma das maiores do país. Além disso, a pós-graduação acadêmica, com mais de 50 anos de existência, é avaliada com a nota máxima da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Capes): 7,0. Mais de uma centena de estudantes de mestrado e doutorado se distribuem entre as diversas áreas experimentais e teóricas do CBPF, e outras centenas de ex-alunos egressos do CBPF estão presentes em várias instituições de ensino e pesquisa em quase todos os estados da União. O CBPF é sede do Labnano (Laboratório de Nanociência e Nanotecnologia), e conta com um dos mais bem equipados parques experimentais do país, com vários laboratórios multiusuários, e abertos à comunidade. O CBPF conta ainda com um Programa de Mestrado Profissional voltado à formação de recursos humanos altamente capacitados para atuar na indústria e em qualquer segmento que necessite de soluções tecnológicas. Este programa já resultou em vários pedidos de Propriedade Intelectual feitos por estudantes e pesquisadores do CBPF. A instituição tem ainda uma forte inserção social através de vários programas que atendem a professores e alunos de escolas públicas, em sua maioria. Anualmente, são mais de 1000 estudantes e professores que visitam o CBPF para assistir palestras, realizar experimentos de física moderna, e conhecer o dia-a-dia de laboratórios e Grupos de Pesquisa. O Programa de Vocação Científica do CBPF é voltado para o público infanto-juvenil e mantém dezenas de estudantes do Ensino Médio desenvolvendo projetos individuais de pesquisa, sob a orientação de pesquisadores e tecnólogos do CBPF.

Tudo isso caracteriza a UJ como uma instituição “única”, um patrimônio brasileiro com excelência reconhecida pela comunidade acadêmica e pela sociedade. Não obstante, as principais ameaças possíveis se referem à (falta de) visão gerencial de governos, pois, se houver corte de recursos destinados à UJ ou uma tentativa de reestruturar sua organização, o trabalho de excelência científica que desenvolve pode ser perdido ou, pelo menos, prejudicado. Em 2010, o chamado Relatório Tundisi, resultante de um estudo encomendado pelo então Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), recomendava o fechamento da pós-graduação do CBPF simplesmente para concentrar os programas de pós-graduação do Brasil nas universidades. A ideia não foi adiante. A UJ mantém seu programa de pós-graduação normalmente, porém ficou patente que uma provável ameaça é exatamente uma eventual visão equivocada burocrático-gerencial sobre a importância, a competência e a singularidade da atuação da UJ.

5 PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS

5.1 Planejamento das ações da unidade jurisdicionada

AÇÃO 19.571.2021.20UM

PO 19.571.2021.20UM.0001.0001 - Detalhamento:

O CBPF tem procurado ser um agente de estruturação mais ativo no enfrentamento dos fatores que dificultam o desenvolvimento da Física Brasileira, como o desequilíbrio entre atividades experimentais e teóricas, falta de instrumentos para participação efetiva em grandes projetos internacionais, baixa interação com o setor produtivo, expansão das atividades de pesquisa em áreas do país consideradas em emergência ou com pouco desenvolvimento.

Em 2005 foi realizado processo de planejamento estratégico que resultou no Plano Diretor para o período 2006-2010. Sua execução permitiu ampliar sua participação em grandes colaborações científicas internacionais, especialmente nos experimentos em Física de Altas Energias, implementar estratégias para a formação e fixação de novos pesquisadores, voltar-se para a expansão de sua infraestrutura de pesquisa, abrindo à comunidade laboratórios multiusuários, e participar ativamente da articulação de grandes redes de alto desempenho de transmissão de dados. A instituição fortaleceu ainda seu programa de pós-graduação, ampliando a interação e colaboração com outros programas acadêmicos no Rio de Janeiro e reforçando as linhas de trabalho oferecidas pelo mestrado profissional em física com ênfase em instrumentação científica.

Em 2010 foi realizado novo processo de Planejamento Estratégico em que foram avaliados os resultados obtidos no período anterior e traçados novos objetivos e metas para o quinquênio subsequente (2011-2015). O resultado desse processo de Planejamento Estratégico está expresso no Plano Diretor da Unidade (PDU) cujo texto está disponível na página eletrônica da instituição (www.cbpf.br/PlanoDiretor). Em 2012, com o início de uma nova gestão na instituição, foi feita uma revisão e adequação das metas do PDU (2011-2015) em que se procurou compatibilizar as ações da unidade com a Estratégia Nacional de Ciência e Tecnologia (ENCTI) 2012-2015, documento lançado pelo MCTI como instrumento norteador das políticas governamentais para a área, sem perder de vista as alterações do cenário social e econômico nacional e internacional.

O ano de 2014 foi caracterizado pela forte restrição para a execução financeira, o que na prática significa importante redução do orçamento e um golpe na capacidade da unidade de realizar e cumprir seu planejamento de ações. No primeiro semestre a execução esteve restrita apenas às despesas de manutenção do instituto e com pessoal terceirizado. As atividades-fim do CBPF estão sendo mantidas pela inércia decorrente de investimentos feitos no passado recente e de recursos de convênios e auxílios obtidos junto a agências de fomento e empresas. Com o repasse de recursos na segunda metade do segundo semestre foi possível equilibrar a situação. Entretanto, a atividade de P&D aqui desenvolvida não pode estar sujeita a condições impostas por terceiros e que não são necessariamente compatíveis com o Plano Diretor e o papel de Instituto Nacional que se espera de uma UP do MCTI.

PO 19.571.2021.20UM.0001.0002 - Detalhamento:

A ação 8989 refere-se às atividades da Rede Nacional de Altas Energias – RENAF AE. A RENAF AE tem como objetivos principais promover o avanço científico e tecnológico da investigação das propriedades das partículas e suas interações fundamentais, através da consolidação e ampliação dos programas de pesquisa em física de altas energias e constitui um esforço efetivo do MCTI para atender a demandas tradicionais da área de altas energias.

Principais desenvolvimentos da ação em 2014: análise dos dados coletados pelo experimento ATLAS, participação nas campanhas experimentais de aquisição de dados, modelagem das colisões de partículas no experimento ATLAS, encomenda de componentes de detectores em indústrias nacionais, participação em diversos experimentos por cooperações internacionais: AUGER, ALICE, ATLAS, CMS, LHCb e DOUBLE CHOOZ.

Destaque:

As pesquisas da colaboração sobre o LHCb são realizadas no âmbito da Rede Nacional de Altas Energias (Renafae), que, ao promover o avanço científico e tecnológico da investigação das propriedades das partículas e suas interações fundamentais, constitui um esforço efetivo do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação para atender a demandas tradicionais da área de altas energias.

O experimento *Large Hadron Collider beauty* (LHCb) é base de algumas das colaborações que o CBPF mantém junto à Organização Europeia para a Pesquisa Nuclear (Cern), maior laboratório de física de partículas do mundo, sendo uma de suas frentes de trabalho a análise de dados de decaimentos B em três hadrons carregados.

No ano de 2014, essa participação da UJ gerou notáveis frutos: artigo científico produzido foi citado como destaque na edição de julho do CERN Courier, revista comemorativa do cinquentenário da descoberta da violação da simetria de carga-paridade (violação de CP); também foi destaque na conferência anual LHCP, na qual são discutidos os principais resultados obtidos pelos experimentos do *Large Hadron Collider* (LHC); e gerou material didático para alunos de graduação em física na Universidade de Manchester (Inglaterra).

O trabalho é fruto de uma análise realizada pelo grupo brasileiro da colaboração LHCb, sob a liderança de pesquisadores do CBPF, e apresenta um estudo sistemático da violação de CP na desintegração, ou decaimento, de mésons B em três partículas leves. Os surpreendentes resultados desse estudo foram publicados no ano passado, causando um impacto significativo. Até então, eram pequenos – da ordem de 10% – os valores típicos de assimetria CP observados em decaimentos em dois corpos. O estudo revelou regiões com assimetrias CP de até 80%, uma intensidade jamais observada em qualquer outro processo. Além disso, também se observou uma distribuição inédita do efeito, demonstrando-se novos mecanismos de violação de CP (embora ainda não inteiramente entendidos).

5.2. Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados

No ano de 2014 o CBPF impetrou todos os esforços para dar continuidade à melhoria das instalações físicas e infraestrutura de pesquisa da instituição e executar adequadamente as metas previstas no Plano Diretor. As ações das coordenações de pesquisa e de apoio são executadas tendo como base os objetivos, metas e projetos traçados no documento. Como forma de acompanhamento das ações são realizadas reuniões mensais de avaliação com os coordenadores e membros das coordenações e dos coordenadores e direção. A partir de tais avaliações são redefinidas as estratégias de atuação e/ou feitos os ajustes necessários motivados por questões internas e externas.

Quadro A.5.2.1 – Programa Temático

Identificação do Programa de Governo					
Código Programa	2021				
Título	CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO				
Esfera de Recursos - PPA e LOA (em R\$ 1,00)					
Esfera	a) Global PPA 2012-2015	b)Acumulado Dotações/Posições 2012 e 2013	c)Dotação/Posição - 2014	d) Remanescente (a-b-c)	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - OFSS		23.545.815,00	11.485.064,00	- 35.030.879,00	
Orçamento de Investimentos - OI				0,00	
Outras Fontes				0,00	
Total	0,00	23.545.815,00	11.485.064,00	- 35.030.879,00	
Execução Orçamentária e/ou Financeira do Programa - OFSS e OI em 2014					(em R\$ 1,00)
Lei Orçamentária 2014					
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social					Orçamento de Investimento
e)Despesa Empenhada	f)Despesa Liquidada	g)Despesa Paga	h)Restos a Pagar (inscrição 2014)		i)Despesa Realizada
			h.1)Processados	h.2) Não Processados	
11.485.064,00	9.501.939,55	9.501.939,55	0,00	1.806.515,74	
Restos a Pagar - OFSS - Exercícios Anteriores					
Tipo	j)Posição em 1/01/2014	k)Valor Liquidado	l)Valor Pago	m)Valor Cancelado	n)Valor a Pagar
Não processados	50.250,65	1.394,62	1.394,62	34.408,48	14.447,55
Processados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores do programa alocados ao órgão representado pela UJ em 2014					
Dotação OFSS		Dotação OI		Outras Fontes	

5.2.1.1 Análise Situacional

Dadas as limitações orçamentárias, a UJ considera que obteve um bom desempenho de otimização dos recursos no exercício em referência.

5.2.2 Objetivo

Os principais objetivos estabelecidos para o ano foram:

Ação 19.571.2021.20UM

PO 19.571.2021.20UM.0001.0001

Objetivos específicos:

- Incrementar o número de artigos científicos publicados em periódicos internacionais indexados;
- Manter a meta de formação de 20 mestres/doutores ano e oferecer condições para a realização de estágios de pós-doutoramento na instituição.
- Promover a realização de conferências, *workshops*, encontros e exposições científicas;
- Manter e expandir cooperações científicas com instituições nacionais e internacionais;
- Produzir produtos entre processos, técnicas, *software* e protótipos que possam vir a ser transferidos para a indústria;
- Modernizar a infraestrutura física da instituição;

Ação 19.571.2021.20UM

PO 19.571.2021.20UM.0001.0002

Objetivos específicos:

- Apoiar efetivamente os projetos aprovados pelo Conselho Técnico-Científico da Rede Nacional de Física de Altas Energias (RENAFAE).
- Realizar *workshop* com apresentação dos projetos na área de Física de Altas Energias a serem apoiados pela Rede.
- Realizar *workshop* de avaliação dos projetos apoiados visando à continuação ou não da concessão de apoio.

O Plano de ação da unidade para o exercício de 2014 envolvia, além da realização das atividades vinculadas à missão e à atividade-fim institucionais, o cumprimento das metas traçadas para o ano no Plano Diretor da Unidade para o período 2011-2015. As principais realizações concernentes a tais metas são destacadas a seguir.

Sínteses das Realizações da Unidade em 2014

Os principais resultados das ações e atividades desenvolvidas para o cumprimento dos objetivos são apresentados abaixo.

Acções vinculadas à Pesquisa e à Formação Científica

Em 2014 foram publicados 326 artigos científicos¹ em periódicos de circulação internacional pelos diversos grupos de pesquisa da instituição. Este resultado foi referendado pelo *Nature Index* que confirmou a liderança do CBPF na área da física. O *Nature Index* é um ranking que indica a qualidade de pesquisas realizadas no mundo inteiro, por instituições e países, mediante rastreamento de artigos em grandes revistas científicas. Os índices do ranking referentes ao período de 1º de setembro de 2013 a 31 de agosto de 2014 revelam que o CBPF mantém posição de liderança em pesquisas na área da física. Tendo obtido 119 publicações consideradas de alta relevância no período, a instituição encabeça o ranking em relação aos demais institutos de física brasileiros quanto às seguintes revistas: *Physical Review Letters*, *Journal of High Energy Physics* e *European Physics Journal C*. Cumpre destacar, entretanto, que embora o Brasil lidere o ranking de publicações na América Latina, ainda falta eficiência, sendo necessário não só aumentar a quantidade de publicações, mas também a qualidade da pesquisa para a produção científica do país avançar.

Na área de Física de Altas Energias, entre os 178 artigos publicados em 2014, destaque-se publicação de junho na revista *Nature Physics*, pelo experimento CMS do CERN - do qual o CBPF faz parte - que apresenta novos resultados de uma propriedade importante da partícula Higgs², cuja descoberta foi anunciada pelos experimentos ATLAS e CMS no dia 4 de Julho de 2012. O artigo do CMS confirma resultados preliminares de ambos experimentos, que reportaram evidências fortes para o decaimento fermiônico do Higgs. Também destaque da área é a participação do CBPF no desenvolvimento do projeto *Cosmic Ray Experiment at Antartida* (CRE@AT). Trata-se de missão para instalar a primeira fase de um experimento de raios cósmicos na base brasileira Criosfera 1, na Antártica, localizada a 670 quilômetros do polo sul geográfico. Este trabalho faz parte do desenvolvimento de detectores de partículas para medidas de fluxo de raios cósmicos para estudar possíveis correlações entre raios cósmicos e parâmetros climáticos, como a cobertura de nuvens na Terra durante um ciclo solar, a formação de nuvens, atividade solar e composição atmosférica. O projeto contou com a participação do LitMec (Laboratório de Instrumentação e Tecnologia Mecânica) da Coordenação de Atividades Técnicas.

Outro projeto na área de Altas Energias que conta com a participação relevante do CBPF é o projeto CONNIE - *Coherent Neutrino Nucleus Interaction Experiment*, experimento inédito que visa detectar pela primeira vez a interação coerente neutrino-núcleo, prevista no modelo padrão das Partículas Elementares, mas ainda não observada experimentalmente. Em outubro teve início a segunda fase de instalação do experimento no Brasil que foi motivada, entre outros fatores, pela oportunidade única de utilizar os neutrinos produzidos na central nuclear de Angra dos Reis graças a uma colaboração com a Eletronuclear.³ O experimento será pioneiro no uso de *Charged Coupled Devices* – CCDs como detectores de neutrinos, resultando na possibilidade de uma inovação

¹ No caso dos pesquisadores que ingressaram nos quadros da instituição em 2013 só foram considerados os artigos em que a filiação ao CBPF já constava na publicação.

² O Bóson de Higgs é uma partícula que pode ser considerada a última peça do quebra-cabeça a integrar a teoria do Modelo Padrão, a mais completa teoria física já desenvolvida, que explica em detalhes como funcionam todas as partículas e forças da natureza, exceto a gravitação (que ainda é província exclusiva da relatividade geral).

³ O laboratório de neutrinos na central nuclear de Angra dos Reis foi montado pelo grupo do CBPF e pela colaboração Neutrinos Angra (CBPF, PUC-RJ, UNICAMP, UFABC, UFBA, EEFS, UNIFAL e UFJF) com recursos da FINEP e apoio da Eletronuclear. Um detector Cherenkov foi construído e se encontra em fase de testes no CBPF, após o que será instalado em Angra com o objetivo de verificar a viabilidade de se usar detectores de neutrinos para monitorar reatores nucleares.

tecnológica importante, permitindo a redução, para algumas aplicações, do tamanho dos detectores de neutrinos. É justamente nesta segunda fase que foi instalado todo o detector baseado em CCDs, que veio diretamente do Fermilab, nos Estados Unidos. Além da participação de seus pesquisadores, o apoio do CBPF foi fundamental ao projeto através da concessão de bolsas do programa de Capacitação Institucional - PCI, que possibilitaram em parte a vinda do grupo do Fermilab. O projeto conta também com recursos do orçamento do CBPF e de das agências financiadoras FINEP, FAPERJ e CNPq.

Em Física Experimental de Baixas Energias ressalte-se a publicação, na revista *Physical Review Letters*, do artigo "*Quantum Discord Determines the Interferometric Power of Quantum States*", de autoria de integrantes do grupo de Computação Quântica do CBPF e colaboradores. O trabalho propõe um novo esquema para estimar parâmetros quânticos de partículas com base em interferometria. Devido às peculiaridades dos estados quânticos, medidas em um sistema microscópico possuem limitações cujo estudo e compreensão são assunto de uma área recente denominada "Metrologia Quântica". A ideia deste novo trabalho é usar o fato de que propriedades ondulatórias de diferentes partes de objetos quânticos podem exibir padrões de interferência. O conhecimento de tais padrões permitiria inferir parâmetros como fase relativa, frequência ou campos magnéticos. A metrologia quântica, que usa as leis da mecânica quântica para levar ao limite a precisão nessas medições, é fundamental tanto como ciência básica quanto tecnológica, com aplicações como computação usando *quantum bits*. Ressalte-se que nos últimos 03 anos o Grupo de Computação Quântica do CBPF publicou 7 artigos no *Physical Review Letters*, três dos quais selecionados pelo Editor com destaques.

Merece destaque, também, a publicação do artigo "*Ferroelectric quantum criticality*", na prestigiosa *Nature Physics*. Parte da pesquisa, desenvolvida por oito cientistas, foi realizada no Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas - CBPF, no Grupo de Férmions Pesados, Compostos Supercondutores e Sistemas Nanoestruturados por pós-doc da área. O trabalho contou com o apoio do Programa de Capacitação Institucional através de bolsa concedida para realização de estágio de pós-doutoramento no CBPF.

Em Física Teórica, destaque-se a publicação de artigo na *Physics World*, em maio, de uma matéria sobre o trabalho do físico do CBPF Constantino Tsallis – Pesquisador Emérito do CBPF. Por mais de 20 anos, Tsallis tem defendido que a chamada entropia de Boltzman-Gibbs não é a mais adequada para descrever determinados sistemas físicos. Se um sistema está fora de equilíbrio ou seus estados componentes dependem fortemente um do outro, o físico acredita que uma alternativa deve ser utilizada. A "Entropia de Tsallis" ou "Entropia não aditiva" foi proposta por ele em artigo de 1988 que passou a ser o mais citado escrito por um cientista brasileiro.

Também fruto da consolidada atuação do CBPF na área de Sistemas Complexos, a *John Templeton Foundation (JTF)* - instituição filantrópica sediada na Pensilvânia, Estados Unidos, que destina somas expressivas ao aprofundamento e melhor compreensão de grandes questões da humanidade - decidiu fomentar o estudo dos fundamentos da complexidade na América Latina, com sede no Brasil. Para coordenar o projeto, iniciado em outubro de 2014, a JTF contatou Tsallis, disponibilizando 800.000 dólares para o projeto. As atividades incluem a realização, no ano que vem, de "Escola Latino-americana de Sistemas Complexos, Entropias Não Aditivas e Mecânica Estatística Não

Extensiva”, com duração aproximadamente de um mês, no Rio de Janeiro. Jovens doutorandos e pós-doutorandos de qualquer país da América Latina poderão se candidatar para subvenção total durante o evento, que deverá reunir aproximadamente cem pessoas, incluindo alguns epistemólogos.

Na área de Cosmologia, um dos destaques foi uma nova publicação do *Royal Astronomical Society*, uma equipe internacional - composta por pesquisadores da Suíça, França, Brasil, Canadá e Alemanha - que apresenta a primeira análise detalhada dos picos do efeito de lente gravitacional em grandes escalas. Este trabalho pode ser considerado como um marco, dada a possível importância da distribuição desses picos para a cosmologia.

Para detectar os picos do efeito de lente, a equipe responsável pela pesquisa utilizou dados do projeto *Canada-France-Hawaii Telescope Stripe 82 Survey (CS82)*, uma colaboração internacional que conta com a participação de pesquisadores de cerca de 20 instituições em 10 países e do qual o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF) é uma das instituições principais. Huan Yuan Shan, principal autor desta publicação, realizou visita ao CBPF para colaboração com o grupo de Cosmologia Observacional neste primeiro semestre.

Na área de Tecnologia da Informação, o grande destaque foi o lançamento, em junho de 2014, da Rede Comunitária de Educação e Pesquisa do Rio de Janeiro (Redecomep-Rio), uma rede de computadores que, através de cabos de fibras óticas dedicadas que somam mais de 300 km de extensão, amplia em até dez vezes a velocidade atual do backbone da RedeRio/FAPERJ. A instalação incluiu um investimento em novos equipamentos, passando a velocidade do *backbone* de 1 Gbps (um gigabit por segundo) para 10 Gbps (10 gigabits por segundo) em tecnologia DWDM (Multiplexação Densa por Divisão de Comprimento de Onda) de 1,9 Tbps (um terabit por segundo é igual a 1000 x 1Gbps), interligando 85 pontos, pertencentes a 51 instituições acadêmicas na região metropolitana do Rio de Janeiro.

A rede é resultado de um consórcio unindo FAPERJ, a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP/MCTI), a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e as empresas Metrô-Rio, Linha Amarela S.A, Light e Supervia Trens Urbanos. O projeto técnico, a implantação e operação da Redecomep-Rio é coordenada pelo Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), através de sua Coordenação de Atividades Técnicas (CAT).

A posição-chave do CBPF na Redecomep-Rio é um dos desdobramentos de sua forte presença na operação da RedeRio e também representa uma importante contribuição para o avanço científico, tecnológico e de inovação no Brasil.

Na área de Física Aplicada, o CBPF tem consolidado sua atuação na pesquisa de materiais para uso médico. Destaque-se, também, o depósito de patente internacional fruto de colaboração entre a instituição e o Consejo Superior de Investigaciones Científicas da Espanha, além de diversos projetos em colaboração com instituições do país e do exterior na área de física aplicada à medicina e biomateriais.

Formação Científica

Em 2014 foram defendidas 15 teses de doutorado em Física e 16 dissertações de

mestrado (três no Mestrado Profissional em Física com Ênfase em Instrumentação Científica) no Programa de Pós-Graduação do CBPF. As pesquisas desenvolvidas no âmbito dessas teses e dissertações geraram 52 publicações entre artigos científicos em periódicos indexados no *Science Citation Index* (SCI) e Notas Técnicas, série que integra as publicações do CBPF.

Conferências e Encontros Científicos

Entre os encontros realizados em 2014 merecem destaque a PSAS'2014: International Conference on Precision Physics of Simple Atomic Systems, a 7th FAPERJ School: The dynamics and assembly of soft structures e a IEEE Magnetics Society Summer School, encontros científicos em áreas de fronteira da Física, assim como a diversidade de temas abordados na série Colóquios CBPF, que contou com 26 palestras.

Perspectivas

Apesar da forte restrição para a execução financeira, o que na prática significa importante redução do orçamento em 2014, foi possível manter o alto nível de produtividade verificada nos últimos anos, como demonstra claramente o presente relatório. Entretanto, essa situação não pode continuar por tempo indefinido sem que venha a causar prejuízos à atuação do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas. A instituição vem continuamente superando-se para preservar a excelência de suas atividades e expandir sua atuação, entre as ações e atividades previstas para 2015, destaque-se:

Subunidade do CBPF em Belém do Pará

Em 20 de agosto de 2014, a Universidade Federal do Pará (UFPA) e o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF) firmaram acordo, publicado na imprensa oficial no último dia 27, para a construção de um campus avançado como subunidade do CBPF em Belém/PA. A UFPA cedeu um terreno de 10 mil m² no campus do Guamá para o CBPF instalar laboratórios de pesquisa em ciência dos materiais, nanotecnologia e físico-química de produtos naturais – esta última área de especial importância na região amazônica. O valor do investimento do CBPF/MCTI é estimado em seis milhões de reais e representa um esforço de expansão baseado na missão do instituto de ser um centro nacional de pesquisas físicas.

Conferências, Escolas e Encontros Científicos:

Celebração do Ano da Luz

A Assembleia Geral das Nações Unidas proclamou o ano de 2015 como o “Ano Internacional da Luz” para celebrar a luz como matéria da ciência e do desenvolvimento tecnológico. Na esteira das comemorações, a Fundação Planetário da Cidade do Rio de Janeiro e o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF) firmaram, em setembro de 2014, acordo de cooperação e intercâmbio científico, tecnológico e administrativo, procurando aproveitar a oportunidade para intensificar as atividades de popularização da ciência no ano que vem. Os compromissos pactuados pelas duas instituições envolvem a promoção de condições institucionais voltadas ao compartilhamento de informações,

documentos, material bibliográfico, estudos, estatísticas, banco de dados e outros que sejam de mútuo interesse.

GR in Rio

No dia 4 de novembro 1915, o físico Albert Einstein apresentou a primeira de quatro palestras sobre uma formulação covariante de sua proposta de modificação da física newtoniana da gravitação universal na Academia Prussiana de Ciências. Desde então, a Relatividade Geral se tornou o paradigma da teoria da gravitação. Para comemorar o centenário desse grande acontecimento, bem como o Ano Internacional da Luz, uma reunião científica denominada **GR in Rio** (*General Relativity in Rio*) ocorrerá entre os dias 27 e 31 de julho de 2015 na sede do CBPF.

X Escola do CBPF

Já em sua décima edição a Escola do CBPF acontecerá de 13 a 24 de julho de 2015. A Escola recebe participantes de todas as regiões do Brasil e apresenta cursos de diversos níveis. Além de prever uma série de palestras para o público geral, a programação se dividirá em módulos voltados a públicos específicos: estudantes de graduação; estudantes de pós-graduação; treinamento intensivo nos laboratórios do CBPF para graduandos e treinamento para professores do Ensino Médio. Apesar da variedade de públicos-alvo, todos os cursos se propõem a tratar de assuntos científicos da fronteira do conhecimento, diferindo apenas na linguagem e na profundidade da abordagem. Durante a Escola, o CBPF fará 2 exposições sobre os temas “A Luz”, em comemoração a “2015 - Ano Internacional da Luz”, e sobre “Cesar Lattes, vida e obra”.

Projetos Aplicados e Inovação

1 - PCT (Patente Internacional)

1 - Número da PI: P-201430176

Título: Multiplicador de Electrones Micromecanizado y Aplicable para Deteccion de Particulas Ionizantes y Metodo de Fabricacion Del Mismo.

Responsáveis: Herman Pessoa Lima Junior (CBPF), Gabriela Cerqueira Gomes (Doutorado CBPF), José Brant de Campos (CBPF), Paulo Renato Barbosa Marinho (CNEN), Consejo Superior de Investigaciones Cientificas - Espanha

2 - SOFTWARE

2.1 - Título: Programa para automação e controle do sistema para medida de magnetorresistência em função da temperatura.

Responsáveis: Pablo Diniz Batista (CBPF), Clodoaldo Irineu Levartoski de Araujo (UFV), Jorlândio Francisco Felix (UFV).

Descrição: Programa de computador para automação e controle do sistema de medidas de magnetorresistência em função da temperatura composto por quatro equipamentos comerciais: fonte de corrente, multímetro digital, controle PID de temperatura, refrigeração a hélio. Esse programa é responsável por controlar todos os equipamentos

usando um único computador a partir da comunicação GPIB/USB. Desenvolvido em linguagem C/C++, o programa foi concebido de maneira a disponibilizar uma interface amigável para que o usuário parametrize diversos parâmetros envolvidos nas medidas. Seu diferencial é o fato de que após a configuração realizada pelo usuário o programa controla de maneira eficiente todos os equipamentos visando realizar as medidas da magnetorresistência para diversas temperaturas sem qualquer interferência do usuário. Em geral, as medidas duram cerca de 10 horas, mas, com o programa não é mais necessário o controle manual dos parâmetros envolvidos na medida. O sistema de medidas faz parte dos equipamentos do departamento de Física da Universidade Federal de Viçosa.

2.2 - Título: “Software de Monitoramento Automático de Redes de Comunicação de Dados Utilizando Protocolo SNMP”

Responsáveis: Paulo José Russano (PCI - CBPF), Marcelo Portes de Albuquerque (CBPF), Márcio Portes de Albuquerque (CBPF)

3- PROTÓTIPO

3.1 - Título: “Sistema eletrônico para a produção e caracterização de sensores de pH baseado em dispositivo semicondutores (EGFET)”.

Responsáveis: Pablo Diniz Batista (CBPF), Edgar Monteiro da Silva (CBPF)

Descrição: O protótipo do sistema eletrônico para a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico em instrumentação científica é apresentado na primeira figura à direita. A ideia deste KIT digital é disponibilizar uma ferramenta para o desenvolvimento de circuitos eletrônicos usando microcontroladores para automação e controle de experimentos em diferentes áreas de pesquisa.

Diferentes circuitos eletrônicos podem ser acoplados a essa placa eletrônica através da porta de expansão projetada para facilitar o desenvolvimento e a caracterização de circuitos eletrônicos necessários em inúmeros experimentos. Por exemplo, o funcionamento de um primeiro protótipo para a deposição de filmes finos usando a técnica de eletrodeposição está sendo **investigado** no CBPF (ver figura à esquerda). Este instrumento pode operar tanto em modo potenciostato como galvanostato a partir de uma fonte de corrente/tensão microcontrolada acoplado ao KIT digital. Está sendo desenvolvido um software em linguagem C++ para disponibilizar uma interface amigável com o usuário em plataforma Windows. (Apoio: PROJETO FAPERJ E-26/111.531/2013; CNPq 486742/2013-0).

3. 2 - Título: “pH Data Logger”

Responsáveis: Pablo Diniz Batista(CBPF), Edgar Monteiro da Silva (CBPF)

Descrição: A figura ao lado apresenta um dos produtos tecnológicos desenvolvidos no Laboratório de Eletrônica e Processamento de Sinais (LEPS) para a monitoração do pH em solução aquosa. Este sistema eletrônico transfere para um computador, por meio da porta USB, o valor de pH ao longo do tempo. Este instrumento é pequeno, pode ser alimentado por bateria, portátil, baseado em uma arquitetura microcontrolada com memória interna para armazenamento de dados do sensor (um eletrodo padrão de vidro). Está sendo desenvolvido o software em linguagem C++ para disponibilizar uma interface amigável com o usuário em plataforma Windows. (Apoio: PROJETO FAPERJ E-26/111.531/2013; CNPq 486742/2013-0).

3.3 - Título: “Controlador PID para diodo laser em modo pulsado usando um controlador de sinal digital”.

Responsáveis: Pablo Diniz Batista (CBPF), Edgar Monteiro da Silva (CBPF)

Descrição: O diferencial dessa proposta desenvolvida no Laboratório de Eletrônica e Processamento de Sinais (LEPS) consiste na integração em um único hardware do controle da corrente tanto em modo contínuo como em modo pulsado. Os resultados mostram que a corrente elétrica na carga pode ser ajustada em uma faixa de 0 a 80 mA, e pulsada em uma frequência de 0 Hz até 100 kHz utilizando o sintetizador de sinais digitais AD9835. Um algoritmo de controle PID é implementado tendo como parâmetros três constantes a serem determinadas pelo usuário dependendo da carga, corrente e frequência. A conexão entre a placa de controle e o computador é realizada via uma porta USB. Para investigar o funcionamento deste módulo, diferentes dispositivos foram usados como carga, tais como: resistores, leds, diodo laser. Para cada um deles, foram obtidas curvas de resposta visando analisar a estabilidade da corrente considerando-se diferentes valores de frequência. Finalmente, para os dispositivos óticos, foram obtidas curvas de potência ótica em função da corrente. Este projeto de pesquisa é uma primeira etapa para o desenvolvimento de um Interferômetro de Michelson. Entretanto, há possibilidade de diferentes aplicações. (Apoio: PROJETO FAPERJ E-26/111.531/2013; CNPq 486742/2013-0)

3.4 - Título: “Desenvolvimento de ferramentas via FPGA para leitura e processamento de imagens em tempo real”

Responsáveis: Filipe Sacchi da Silva, Herman Pessoa Lima Júnior, Márcio Portes de Albuquerque (Todos do CBPF)

Descrição: As FPGAs (*Field Programmable Gate Array*, em português Arranjo de Portas Programável em Campo) devido a seu processamento paralelo e confiabilidade são uma escolha interessante para processamento de imagens em situações nas quais é necessário processamento em tempo real com altas taxas de execução dos algoritmos. O desenvolvimento deste tipo de abordagem cria a necessidade de se desenvolver mecanismos para transmissão das imagens entre computadores ou câmeras e os FPGAs. Neste trabalho, a partir de uma plataforma da Altera, e da linguagem de programação gráfica LabVIEW, foi elaborado um sistema capaz de realizar o gerenciamento e transferência de um conjunto de imagens entre um computador e memórias embarcadas em uma FPGA, através do barramento PCI Express. O sistema foi submetido à avaliação quanto à integridade e à velocidade de transmissão dos dados, através da qual obteve-se uma taxa de 48,91 MBytes/segundo o que resulta em 1643 imagens/segundo transmitidas para a FPGA. Estes resultados obtidos devem ser analisados considerando-se as características de todos os elementos, hardware e software, que constituem o sistema de transmissão de imagens. O desenvolvimento e entendimento das características de tempo e confiabilidade deste processo de transmissão constituem um primeiro passo para a aplicação de algoritmos de processamento de imagens embarcadas em FPGA.

3.5 - Título: “Estrutura Mecânica de Apoio a Microscópio de Tunelamento”

Responsáveis: Fernando Stavale (EXP) e Equipe do LitMec (Laboratório de Instrumentação e Tecnologia Mecânica)

Descrição: Desenvolvimento de uma estrutura mecânica capaz de desacoplar o sistema do microscópio STM (Microscópio de Tunelamento) de vibrações e ressonâncias que são fatores que comprometem o bom funcionamento deste equipamento.

3.6 - Título: “Estojo para Cintiladores para experimento em Física de Altas Energias”

Responsáveis: André Massafferri (LAFEX) e Equipe do LitMec (Laboratório de Instrumentação e Tecnologia Mecânica)

Descrição: concepção e construção parcial de um estojo para abrigar cintiladores e eletrônica própria no âmbito da Colaboração no Projeto *Cosmic Ray Experiment at Antartica* - CRE@AT (LAFEX). O primeiro protótipo já foi enviado para a Antártica para realização de testes.

4 - Técnica

4.1 - Título: “Multiscale Matching of Micro-CT images using Pattern Recognition and Hu moments”

Responsáveis: Clécio Roque de Bom, Elisângela Faria, Marcelo Portes de Albuquerque, Marcio Portes de Albuquerque, Maury Duarte Correia, Rodrigo Surmas.

4.2 - Evidenciação de estruturas em imagens por meio de equação de difusão

Responsáveis: André Persechino Américo de Oliveira, José Antônio Apolinário Jr., Márcio Portes de Albuquerque

Descrição: O trabalho apresenta uma visão geral sobre o processamento não-linear de sinais com base na equação de difusão de Perona-Malik. Os aspectos básicos da teoria são apresentados em detalhes e a versão discreta - apropriada para implementação computacional - é deduzida. Como aplicação, a técnica é empregada em reconstrução de um sinal digital. Uma comparação com métodos usuais foi feita, mostrando as conveniências e particularidades da técnica de filtragem por equação de difusão. Também apresentamos uma aplicação da técnica no realce em imagens mamográficas, mostrando sua utilidade em detecção de (micro) estruturas que podem estar correlacionadas com achados radiológicos relevantes, tais como calcificações.

Dificuldades Internas ou Eventos Externos

Abaixo, são apresentados alguns dos riscos e dificuldades enfrentados para a consecução das metas e objetivos estratégicos e as medidas implementadas visando à sua superação.

A instituição tem-se empenhado para cumprir sua missão e alcançar os objetivos propostos, entretanto, a expansão de nossa atuação está indissociavelmente relacionada a um aporte de recursos maior do que o orçamento destinado ao CBPF, bastante comprometido com despesas vinculadas à manutenção de sua infraestrutura, assim como à solução definitiva das restrições abaixo mencionadas:

- Elementos conjunturais e restrições

Dificuldade Administrativa: A elevada faixa etária do quadro funcional nas três carreiras (pesquisa, desenvolvimento tecnológico e gestão), a demanda de implantação de novas linhas de pesquisa e a expansão das atividades previstas no PDU, para o período 2011-2015, tornam indispensável a renovação do quadro através da realização de concursos públicos. A deficiência de pessoal administrativo é de tal ordem que alguns serviços essenciais do CBPF, que só podem ser executados por servidores públicos, poderão em breve ter de ser descontinuados, paralisando a instituição. A concessão de doze vagas para a carreira de pesquisador representou um passo significativo para a recomposição e rejuvenescimento do quadro de pesquisadores da instituição, entretanto ainda não é suficiente para suprir a carência de servidores, considerando-se as aposentadorias previstas em todos os segmentos. Em 2013 aposentaram-se 3 pesquisadores, 2 analistas 2 assistentes e um técnico. Do quadro de 141 servidores, 40 já têm o direito de se aposentar. Em 2014 aposentaram-se compulsoriamente mais três pesquisadores.

O quadro de servidores de gestão, além de reduzido, necessita de melhor capacitação.

Dificuldade Orçamentário-Financeira: O orçamento anual na rubrica custeio encontra-se aquém do necessário em aproximadamente R\$ 3.000.000,00. Conforme demonstrado no Indicador APD (aplicação em Pesquisa e Desenvolvimento, somente aproximadamente 15% do orçamento foram utilizados efetivamente na atividade-fim. Embora a SCUP venha se empenhando para suprir essa demanda através de repasses via atendimento de solicitações de Termos de Descentralização de Crédito submetidos pela Unidade, ressalta-se a necessidade de recompor-se o orçamento visando ao cumprimento da missão e das obrigações institucionais.

No caso da RENAFEA (Ação 8989), o maior problema é a inadimplência em relação aos M&Os (Manutenção e Operação) – as instituições que participam das grandes colaborações pagam uma taxa de autoria por cada integrante – que atinge atualmente o valor de R\$ 2.000.000,00.

- Estratégias de Atuação para enfrentar as dificuldades

Dificuldade Administrativa: com relação à primeira dificuldade relatada, vinculada à deficiência de recursos humanos, no caso da área-fim, a estratégia para sua superação envolveu a utilização da cota do Programa de Capacitação Institucional - PCI/MCTI visando promover maior circulação de visitantes e a consequente oferta de cursos e realização de atividades de intercâmbio. Entretanto, conforme destacado acima, a situação é especialmente alarmante na área de gestão (área meio) para a qual a única solução seria a abertura de vagas em concurso público para ingresso de novos servidores. Em 2012, conforme já relatado, foram realizados concursos públicos para 12 (doze) vagas na carreira de Pesquisa, 5 (cinco) vagas na carreira de Desenvolvimento Tecnológico e 2 (duas) vagas na carreira de gestão (no último caso, só uma vaga foi preenchida). O ingresso dos aprovados ainda é insuficiente para a expansão das atividades institucionais previstas no Plano Diretor e para a atuação do CBPF como instituto nacional de Física do MCTI.

Justificativa: a ação na área de pesquisa foi adotada por ser a única forma possível de garantir o nível de qualidade de atuação da unidade, tendo em vista que só podemos contratar profissionais para a área-fim através de concurso público. O ingresso dos candidatos aprovados se deu somente em 2013 e, considerando o tempo necessário para adaptação e inserção nos grupos de pesquisa já existentes na instituição, os primeiros

resultados só estão sendo observados a partir de 2014, ano em que os novos pesquisadores passaram a ministrar aulas no programa de pós-graduação da UJ e realizar pesquisa com publicações em periódicos científicos de qualidade.

Quanto à questão da capacitação, na área de gestão, além de diversos treinamentos, foram descontinuados os cursos de Língua Inglesa, que eram ministrados na própria sede da instituição. Acabou o contrato com a empresa encarregada de ministrá-los, que havia sido selecionada e contratada através de processo licitatório. Por contingenciamento de despesas, ainda não houve nova contratação para esse curso.

Dificuldade Orçamentário-Financeira: a instituição tem procurado submeter projetos às agências financiadoras, o que tem representado relevante aporte de recursos e permitido a aquisição de equipamentos e realização de reformas e a ampliação da infraestrutura institucional. Entretanto, quanto às despesas continuadas na rubrica custeio, a única solução no período em referência foi a submissão de Termos de Descentralização de Crédito à Subsecretaria de Unidades de Pesquisa (SCUP/MCTI) para atendimento de situações emergenciais. Com relação à infraestrutura, um novo cenário vem-se desenhando, já que a FINEP não apoiará mais projetos destinados à expansão e à modernização da infraestrutura física. Por essa razão, temos continuamente assinalado junto ao MCTI a necessidade de incremento na rubrica custeio.

Justificativa: Essa decisão foi tomada por ser a única forma viável de obter recursos além dos recursos orçamentários atribuídos à UJ através da Lei Orçamentária Anual.

5.2.3 Ações

5.2.3.1 Ações – OFSS

Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS

Identificação da Ação						
Código	20UM			Tipo:	PO 0001	
Título	Ciência Tecnologia e Inovação					
Iniciativa	0182					
Objetivo	0400	Código				
Programa	2021	Código		Tipo:		
Unidade Orçamentária	24101					
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil <input type="checkbox"/> sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
3.915.000,00	3.856.892,00	3.856.892,00	2.987.500,68	2.987.500,68	0,00	850.067,32
Execução Física						

Descrição da meta	Unidade de medida	Montante			
		Previsto	Reprogramado	Realizado	
ARTIGO PUBLICADO	UNIDADE			20	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada

Identificação da Ação						
Código	20UM			Tipo:	PO 0002	
Título	CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NO CBPF – Apoio a redes e laboratórios de pesquisa em Física de Altas Energias					
Iniciativa	182					
Objetivo	0400	Código				
Programa	2021	Código	2021	Tipo:		
Unidade Orçamentária	24101					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
950.000,00	950.000,00	950.000,00	464.860,96	464.860,96	0,00	31.738,02
Execução Física						
Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
		Previsto	Reprogramado	Realizado		
Projeto apoiado		300		300		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

Identificação da Ação						
Código	2000			Tipo:	2106	
Título	ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE					
Iniciativa						
Objetivo		Código				
Programa	2106	Código		Tipo:		
Unidade Orçamentária	24101					
Ação	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil					

Prioritária		sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
6.763.532,00	6.678.172,00	6.678.172,00	6.049.607,91	6.049.607,91	0,00	
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada

5.2.3.3 Ações não Previstas na LOA 2014 – Restos a Pagar não Processados – OFSS

Quadro A.5.2.3.3 – Ações não Previstas LOA 2014 - Restos a Pagar – OFSS

Identificação da Ação					
Código	4123			Tipo:	atividade
Título	Pesquisa e Desenvolvimento no CBPF				
Iniciativa					
Objetivo		Código			
Programa	0461	Código		Tipo:	
Unidade Orçamentária	24101				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
R\$ 32.653,85	R\$ 1.394,62	R\$ 31.259,23	Artigo publicado	unidade	252

OBS: restos a pagar de 2011 reinscritos em 2014.

Identificação da Ação

Código	8989		Tipo:	atividade	
Título	APOIO AS REDES E LABORATÓRIOS DE PESQUISA EM FÍSICA DE ALTA ENERGIA - RENAF AE				
Iniciativa					
Objetivo		Código			
Programa		Código		Tipo:	
Unidade Orçamentária	24101				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
R\$ 3.149,25	R\$ 0,00	R\$ 3.149,25	Projeto apoiado	unidade	300

OBS: restos a pagar de 2011 reinscritos em 2014.

Identificação da Ação					
Código	2000		Tipo:		
Título	ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE				
Iniciativa					
Objetivo		Código			
Programa		Código		Tipo:	
Unidade Orçamentária					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
R\$ 14.447,55	0,00	0,00			

OBS: restos a pagar de 2011 reinscritos em 2014.

5.2.3.5 Análise Situacional

Os quadros retratam uma situação de dificuldades de cumprimento de metas com as restrições orçamentárias no âmbito do Executivo Federal.

5.4 Informações sobre indicadores de desempenho operacional

Quadro A.5.4 – Indicadores de Desempenho

Denominação	Índice de	Índice	Índice	Periodicidade	Fórmula
-------------	-----------	--------	--------	---------------	---------

*	Referência **	Previsto	Observado		de Cálculo
IPUB	4,8	4,0	4,7	Anual	Número de publicações em periódicos indexados / Técnicos de Nível Superior / Especialistas Envolvidos na Pesquisa com 12 meses de atuação
IGPUB	5,3	4,5	5,2	Anual	Número de publicações em periódicos indexados, em revistas de divulgação científica, artigos completos em congressos e capítulos de livros / Especialistas Envolvidos na Pesquisa com 12 meses de atuação
PPACI	39	38	41	Anual	Número de Projetos, programas e ações desenvolvidos em parceria formal com instituições estrangeiras
PPACN	42	40	43	Anual	Número de Projetos, Programas e Ações desenvolvidos

					dos em parceria formal com instituições nacionais
PcTD	1,1	1,2	0,85	Anual	Número de Processos e Técnicas Desenvolvidos de Interesse do Setor Produtivo / Técnicos de Nível Superior Envolvidos na Pesquisa
PPBD	0,7	0,74	0,83	Anual	Número de projetos / Técnicos de Nível Superior / Especialistas Envolvidos na Pesquisa
IODT	1,2	0,9	1,1	Anual	Número de Teses de Doutorado + número de dissertações de Mestrado + número de monografias / Especialistas habilitados a orientar
TPTD	1,7	1,1	1,7	Anual	Número de Trabalhos publicados gerados a partir das teses / Número de teses defendidas na Pós-graduação do CBPF

*por extenso:

IPUB - Índice de Publicações

IGPUB – Índice Geral de Publicações

PPACI - Índice de Projetos, Pesquisas e Ações de Cooperação Internacional

PPACN - Índice de Projetos, Pesquisas e Ações de Cooperação Nacional

PcTD - Índice de Processos e Técnicas Desenvolvidos

PPBD - Índice de Projetos de Pesquisa Básica Desenvolvidos

IODT - Índice de Orientação de Dissertações e Teses Defendidas

TPTD - Índice de Trabalhos Publicados por Tese Defendida por ano

**Resultado da última medição do indicador (ano de 2013).

6 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

6.1 Programação e execução das despesas

Quadro A.6.1.1 – Programação de Despesas

Unidade Orçamentária:		Código UO: 24101		UGO: 240120		
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Correntes				
		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
DOTAÇÃO INICIAL		0,00	0,00		10.411.182,00	
CRÉDITOS	Suplementares	0,00	0,00		1.760.162,65	
	Especiais	Abertos	0,00	0,00		
		Reabertos	0,00	0,00		
	Extraordinários	Abertos	0,00	0,00		
		Reabertos	0,00	0,00		
	Créditos Cancelados		0,00	0,00		
Outras Operações		0,00	0,00			
Dotação final 2014 (A)		0,00	0,00		10.297.714,00	
Dotação final 2013(B)		0,00	0,00		11.628.532,00	
Variação (A/B-1)*100		#DIV/0!	#DIV/0!		-11,44	
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Capital			9 - Reserva de Contingência	
		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida		
DOTAÇÃO INICIAL		1.217.350,00	0,00	0,00	0,00	
CRÉDITOS	Suplementares	709.500,00	0,00	0,00	0,00	
	Especiais	Abertos		0,00	0,00	0,00
		Reabertos		0,00	0,00	0,00
	Extraordinários	Abertos		0,00	0,00	0,00
		Reabertos		0,00	0,00	0,00
	Créditos Cancelados			0,00	0,00	0,00
Outras Operações			0,00	0,00	0,00	
Dotação final 2014 (A)		1.217.350,00	0,00	0,00	0,00	
Dotação final 2013(B)		1.437.350,00	0,00	0,00	0,00	
Variação (A/B-1)*100		-15,30594497	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	

6.1.1.1 Análise Crítica

As dotações orçamentárias foram insuficientes às necessidades de crédito da UJ para cumprimento da sua programação de trabalho, evidenciando-se alterações da proposta originária da UJ no âmbito do próprio Poder Executivo.

Quadro A.6.1.2.1 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa

Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas						
Fonte: 01000000000						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedor		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	0	-	0	0,00	0,00	0,00
Recebidos	240123	240120	2000	0,00	0,00	30.000,00
Concedidos	0	-	0	0,00	0,00	0,00
Recebidos	240127	240120	2000	0,00	0,00	2.525,47
Concedidos	0	-	0	0,00	0,00	0,00
Recebidos	240113	240120	20V7	0,00	0,00	825.480,00
Concedidos	0	-	0	0,00	0,00	0,00
Recebidos	240128	240120	4126	0,00	0,00	49.174,91
Concedidos	0	-	0	0,00	0,00	0,00
Recebidos	240113	240120	20V7	0,00	0,00	372.000,00
Concedidos	0	-	0	0,00	0,00	0,00
Recebidos	240127	240120	4128	0,00	0,00	29.556,73
Concedidos	0	-	0	0,00	0,00	0,00
Recebidos	240104	240120	20UM	0,00	0,00	20.939,16
Concedidos	0	-	0	0,00	0,00	0,00
Recebidos	240113	240120	6702	0,00	0,00	78.212,00
Concedidos	0	-	0	0,00	0,00	0,00
Recebidos	240112	240120	2000	0,00	0,00	125.000,00
Concedidos	0	-	0	0,00	0,00	0,00
Recebidos	240133	240120	2000	25.719,65	0,00	0,00
Concedidos	0	-	0	0,00	0,00	0,00
Recebidos	240118	240120	6702	0,00	0,00	39.920,00
Concedidos	0	-	0	0,00	0,00	0,00
Recebidos	240127/113	240120	20V7	0,00	0,00	11.831,00
Concedidos	0	-	0	0,00	0,00	0,00
Recebidos	240114/113	240120	20V7	0,00	0,00	52.000,00
Concedidos	0	-	0	0,00	0,00	0,00

Recebidos	240113	240120	20V7	0,00	0,00	200.000,00
Concedidos	0	-	0	0,00	0,00	0,00
Recebidos	240133	240120	60M1	0,00	0,00	23.394,86
TOTAL CUSTEIO				25.719,65	0,00	1.860.034,13
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	-	-	-	-	0,00	0,00
Recebidos	240113	240120	20V7	544.500,00	0,00	0,00
Concedidos	-	-	-	-	0,00	0,00
Recebidos	240124	240120	4126	472,55	0,00	0,00
Concedidos	-	-	-	-	0,00	0,00
Recebidos	240126	240120	20UK	2.183,61	0,00	0,00
Concedidos	-	-	-	-	0,00	0,00
Recebidos	240104	240120	20UM	1.781,20	0,00	0,00
Concedidos	-	-	-	-	0,00	0,00
Recebidos	240124	240120	20UO	6.130,29	0,00	0,00
Concedidos	-	-	-	-	0,00	0,00
Recebidos	240126	240120	20UK	7.765,94	0,00	0,00
Concedidos	-	-	-	-	0,00	0,00
Recebidos	120127	240120	4128	1.570,70	0,00	0,00
Concedidos	-	-	-	-	0,00	0,00
Recebidos	240104	240120	20UM	39.405,35	0,00	0,00

Fonte: 0150000000

Concedidos	-	-	-	-	0,00	0,00
Recebidos	240104	240120	20UM	4.115,57	0,00	0,00
TOTAL DE CAPITAL				607.925,21	0,00	0,00

Fonte: SIAFI

**TOTAL
OCC 2.493.678,99**

Quadro A.6.1.2.2 – Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes

Fonte: 0112915044

Concedidos	-	-	-	-	0,00	0,00
Recebidos	154003	240120	FCCC	165.000,00	0,00	0,00
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos						

R\$ 165.000,00 concedido pela CAPES para apoiar aquisição de equipamentos destinados ao Programa de Pós-Graduação.

Quadro A.6.1.3.1 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total

Unidade Orçamentária:	Código UO:		UGO:	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2014	2013	2014	2013
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	5.458.645,96	5.714.051,19	5.458.645,96	5.714.051,19
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência				
d) Pregão	5.458.645,96	5.714.051,19	5.458.645,96	5.714.051,19
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
2. Contratações Diretas (h+i)	3.983.725,33	3.909.089,29	3.983.725,33	3.909.089,29
h) Dispensa	3.866.402,91	3.859.349,06	3.866.402,91	3.859.349,06
i) Inexigibilidade	117.322,42	49.740,23	117.322,42	49.740,23
3. Regime de Execução Especial	9.833,47	11.201,37	9.833,47	11.201,37
j) Suprimento de Fundos	9.833,47	11.201,37	9.833,47	11.201,37
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	6.357,69	12.803,49	6.357,69	12.803,49
k) Pagamento em Folha	0,00	0,00	0,00	0,00
l) Diárias	6.357,69	12.803,49	6.357,69	12.803,49

6. Amortização da Dívida	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
1º elemento de despesa	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
2º elemento de despesa	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
3º elemento de despesa	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Demais elementos do grupo	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

Quadro A.6.1.3.4 – Despesas executadas diretamente pela UJ – Créditos Originários

Unidade Orçamentária:					Código UO:		UGO:	
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
1. Pessoal								
3190913-Encargo Patronal	0,00	7.055,20	0,00	7.055,20	0,00	0,00	0,00	7.055,20
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
2º elemento de despesa	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
3º elemento de despesa	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Demais elementos do grupo	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
3. Outras Despesas Correntes								
339030-Mat. Consumo	312.056,75	627.523,64	288.092,79	553.610,00	73.913,64	160.468,24	350.077,75	714.078,24
339037-Loc.Mão-de-Obra	6.121.262,20	5.579.594,03	5.890.239,84	5.289.100,54	290.493,49	0,00	5.539.577,56	5.289.100,54
339039-Out.serv.Terc eiros	3.642.778,52	3.584.418,49	2.243.573,03	2.925.238,17	611.086,37	484.667,75	2.494.050,05	3.409.905,92

Demais elementos do grupo	191.616,23	396.499,60	184.523,16	387.509,53	46.359,54	7.500,00	230.882,69	361.405,57
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
4. Investimentos								
449039- Out.Serv. Terceiros	0,00	18.805,25	8.132,00	17.505,25	1.290,40	350,20	9.422,40	17.855,45
449052- Equip.Mat. Permanente	1.209.218,00	1.453.907,70	887.408,73	672.453,18	781.454,52	67.425,51	1.522.404,90	739.878,69
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5. Inversões Financeiras	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
1º elemento de despesa	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
2º elemento de despesa	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
3º elemento de despesa	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Demais elementos do grupo	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
6. Amortização da Dívida	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
1º elemento de despesa	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
2º elemento de despesa	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
3º elemento de despesa	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Demais elementos do grupo	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

Quadro A.6.1.3.5 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2014	2013	2014	2013
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	69.900,00	38.505,48	69.900,00	38.505,48
a) Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
b) Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
c) Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00

339030-Mat. De consumo	457.832,29	1.398.956,85	268.274,61	263.773,55	97.419,85	2.056.963,16	1.265.597,46	1.562.814,76
339039-Out. Sewrv. Terceiros	1.005.256,05	2.513.347,29	819.481,89	838.177,01	1.046.010,08	1.117.697,72	1.865.491,97	1.673.859,16
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	622.489,35	230.947,10	389.138,71	214.957,10	15.990,00	341,09	405.128,71	218.457,10
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
449039-Out.Serv.Tercieros	6.471,60	0,00	6.471,60	0,00	0,00	0,00	6.471,60	42.928,76
449051-Obras e Inst.	180.000,00	0,00	7.980,00	0,00	0,00	0,00	7.980,00	0,00
Equip.Mat.Permanente	526.808,54	9.801.389,19	281.886,46	4.493.418,82	4.653.662,09	1.291.861,05	4.935.548,55	5.723.928,69
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5. Inversões Financeiras	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
1º elemento de despesa	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
2º elemento de despesa	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
3º elemento de despesa	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Demais elementos do grupo	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
6. Amortização da Dívida	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
1º elemento de despesa	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
2º elemento de despesa	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
3º elemento de despesa	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Demais elementos do grupo	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

Quadro A.6.4 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	249.865,09	61.775,05	188.090,04	0,00
2012	93,10	0,00	0,00	93,10

...	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	0,00	0,00	0,00	0,00
2012	0,00	0,00	0,00	0,00
...	0,00	0,00	0,00	0,00

Quadro A.6.5.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS FÍSICAS					
CNPJ:	04.044.43/0001-35					
UG/GESTÃO:	240120/00001					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2014	2013	2012	2014	2013	2012
Convênio	-	-	-	-	-	-
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	-	1	0,00	0,00	606.600,00
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
Totais	-	-	1	0,00	0,00	606.600,00

Quadro A.6.5.4 – Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse

Posição 31/12 em R\$ 1,00

Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2014	Quantidade de Contas Prestadas			-	-
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	-	-
			Quantidade Reprovada	-	-
			Quantidade de TCE	-	-
			Montante Repassado (R\$)	-	-
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	-	-	
		Montante Repassado (R\$)	-	-	
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	-	-
			Quantidade Reprovada	-	-

			Quantidade de TCE	-	-
			Montante Repassado (R\$)	-	-
		Contas NÃO Analisadas	Quantidade	-	-
			Montante Repassado (R\$)	-	-
2013	Quantidade de contas prestadas			-	-
	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada		-	-
		Quantidade Reprovada		-	-
		Quantidade de TCE		-	-
		Montante repassado		-	-
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		-	-
Montante repassado (R\$)		-	-		
2012	Quantidade de Contas Prestadas			-	-
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		-	R\$ 606.600,00
		Quantidade Reprovada		-	-
		Quantidade de TCE		-	-
		Montante Repassado		-	R\$ 606.600,00
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		-	-
		Montante Repassado		-	-
Exercício Anterior a 2012	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		-	-
		Montante Repassado		-	-

Quadro A.6.6.1 – Concessão de suprimento de fundos

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2014	240120	CBPF	-	0,00	8	9.833,47	3.200,00
			-	0,00	-	0,00	0,00
2013			-	0,00	15	11.201,37	1.600,00
			-	0,00	-	0,00	0,00
2012			-	0,00	22	22.328,88	1.600,00
			-	0,00	-	0,00	0,00

Fonte: Siafi.

Quadro A.6.6.2 – Utilização de suprimento de fundos

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Saque		Fatura	Total (a+b)
					Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2014	240120	CBPF	-	0,00	3	1.121,99	8.711,48	9.833,47
								0,00
2013	240120	CBPF	-	0,00	6	1.042,55	10.138,96	11.181,51
								0,00

Fonte: SIAFI

Quadro A.6.6.3 – Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto			
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total	
240120	CBPF	339030	16	122,72	
			17	1.175,80	
			19	90,00	
			22	21,00	
			24	2.096,64	
			25	1.899,64	
			26	1.217,48	
			28	170,90	
			29	559,20	
			31	225,00	
			36	132,10	
			39	340,00	
			41	126,00	
			42	265,00	
			44	60,00	
			339039	19	420,00
			69	672,19	
			99	239,80	
			TOTAL		9.833,47

FONTE: SIAFI.

7 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

7.1 Estrutura de pessoal da unidade

Quadro A.7.1.1.1 – Força de Trabalho da UJ

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no	Egressos no
	Autorizada	Efetiva	Exercício	Exercício
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	0		0	0
1.1. Membros de poder e agentes políticos				
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	0		0	0
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		136		6
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório				
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas				
2. Servidores com Contratos Temporários				
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	1			
4. Total de Servidores (1+2+3)	1	136	0	6

Fonte: Serviço de Recursos Humanos - SRH/CBPF

Quadro A.7.1.1.2 – Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	0	0
1.1. Servidores de Carreira (1.1.2+1.1.3+1.1.4+1.1.5)	0	57
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão		57
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado		
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório		
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		
2. Servidores com Contratos Temporários		
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública		1
4. Total de Servidores (1+2+3)	79	58

Fonte: Serviço de Recursos Humanos - SRH/CBPF

	2013	133.801,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	133.801,07
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2014	112.040,94	70.056,00	0,00	0,00	0,00	63.692,16	0,00	0,00	0,00	245.789,10
	2013	104.790,20	70.056,00	0,00	0,00	0,00	61.361,88	0,00	0,00	0,00	236.208,08
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2014										0,00
	2013										0,00

Fonte: SIAPE

7.2 Contratação de mão de obra de apoio e de estagiários

Quadro A.7.2.1 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2012	L	O	006/2012	11.305.804/0001-15	18/06/2012	18/06/2014	29	30	1					E
2014	L	E	004/2014	00.332.833/0001-50	19/06/2014	19/12/2014	29	29	1					E
2014	L	O	010/2014	11.395.635/0001-51	22/12/2014	22/12/2015	29	30	1					A
2011	V	O	017/2011	03.007.660/0001-92	01/01/2012	01/01/2016		17						P
Para os serviços de vigilância não foi exigida escolaridade e sim a formação de Vigilante.														
LEGENDA														
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.														
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.														
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.														
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.														

Quadro A.7.2.2 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante														
CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS FÍSICAS														
240120							04.044.443/0001-35							
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2008	5	O/E	004/2008	00.332.833/0001-50	02/06/2008	02/06/2014	8	2	--	--	-	-	E	
2008	5	O/E	004/2008	00.332.833/0001-50	02/06/2008	02/06/2014	-	--	2	2	--	--	E	
2008	8	O/E	004/2008	00.332.833/0001-50	02/06/2008	02/06/2014	2	3	--	--	--	--	E	
2008	7	O/E	004/2008	00.332.833/0001-50	02/06/2008	02/06/2014	--	--	1	1	--	--	E	
2008	9	O/E	004/2008	00.332.833/0001-50	02/06/2008	02/06/2014	11	13	--	--	--	--	E	
2008	3	O/E	004/2008	00.332.833/0001-50	02/06/2008	02/06/2014	--	--	--	--	1	3	E	
2008	3	O/E	004/2008	00.332.833/0001-50	02/06/2008	02/06/2014	--	--	2	3	2	1	--	E
2008	2	O/E	004/2008	00.332.833/0001-50	02/06/2008	02/06/2014	3	3	--	--	--	--	E	
2008	12	O/E	004/2008	00.332.833/0001-50	02/06/2008	02/06/2014	--	--	1	1	--	--	E	
2014	2	O	003/2014	00.332.833/0001-50	03/06/2014	03/06/2015	3						A	
2014	3	O	003/2014	00.332.833/0001-50	03/06/2014	03/06/2015						3	A	
2014	3	O	003/2014	00.332.833/0001-50	03/06/2014	03/06/2015			3	2			A	
2014	4	O	003/2014	00.332.833/0001-50	03/06/2014	03/06/2015			4				A	
2014	7	O	003/2014	00.332.833/0001-50	03/06/2014	03/06/2015			1				A	
2014	9	O	003/2014	00.332.833/0001-50	03/06/2014	03/06/2015	12						A	
2014	9	O	003/2014	00.332.833/0001-50	03/06/2014	03/06/2015			4				A	
2014	12	O	003/2014	00.332.833/0001-50	03/06/2014	03/06/2015			1				A	
12 - Técnico em enfermagem														

<p>LEGENDA</p> <p>Área:</p> <p>1. Segurança;</p> <p>2. Transportes;</p> <p>3. Informática;</p> <p>4. Copeiragem;</p> <p>5. Recepção;</p> <p>6. Reprografia;</p> <p>7. Telecomunicações;</p> <p>8. Manutenção de bens móveis</p> <p>9. Manutenção de bens imóveis</p> <p>10. Brigadistas</p> <p>11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes</p> <p>12. Outras</p>	<p>Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.</p> <p>Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.</p> <p>Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.</p> <p>Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.</p>
--	--

Quadro A.7.2.4 – Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	5	5	4	2	23.946,00
1.1 Área Fim	5	5	4	2	23.946,00
1.2 Área Meio					
2. Nível Médio	0	0	0	0	0,00
2.1 Área Fim					
2.2 Área Meio					
3. Total (1+2)	5	5	4	2	23.946,00

8 GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

Quadro A.8.2.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2014	EXERCÍCIO 2013
BRASIL	UF 1	1	1
	mun icípio 1	1	1
	mun icípio 2		
	mun icípio “n”		
	UF “n”	0	0
	mun icípio 1		
	mun icípio 2		
	mun icípio “n”		
Subtotal Brasil		1	1
EXTERIOR	PAÍS 1	0	0
	cida de 1		
	cida de 2		
	cida de “n”		
	PAÍS “n”	0	0
	cida de 1		
	cida de 2		
	cida de “n”		
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		1	1

Quadro A.8.2.2.1 – Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional

UG	RIP	Regime	Estado de Conservaç	Valor do Imóvel	Despesa no Exercício
----	-----	--------	---------------------	-----------------	----------------------

			ão	Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
240120	6001002875005	21	3	7.479.523,81	16/05/2012	29.477.826,04	180.000,00	147.173,04
Total							180.000,00	147.173,04

Quadro A.8.3 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS DELA UJ	
		EXERCÍCIO 2014	EXERCÍCIO 2013
BRASIL	UF 1	0	0
	município 1		
	município 2		
	município "n"		
	UF "n"	0	0
	município 1		
	município 2		
	município "n"		
Subtotal Brasil		0	0
EXTERIOR	PAÍS 1	0	0
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade "n"		
	PAÍS "n"	0	0
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade "n"		
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		0	0

9 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

As principais necessidades de Tecnologia da Informação da instituição foram identificadas e mapeadas, tendo sido realizado um PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) em 2013. Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição e há um gestor formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo.

Quadro A.9.1 – Contratos na Área de Tecnologia da Informação em 2014

Nº do Contrato	Objeto	Vigência	Fornecedores		Custo	Valores Desembolsados 2014
			CNPJ	Denominação		
002/2013	Manutenção contínua do software SIMULERH	10/05/13 à 10/05/15	11.615.516/0001-67	INOVA CONSULTORIA, CURSOS E E3VENTOS LTDA	49.320,00	48.270,00
010/2010	Manutenção do Circuito Fechado de TV	16/11/10 à 16/11/2015	06.032.641/0001-04	PH RIO TELEINFORMÁTICA LTDA	2.700,00	2.700,00

10 GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Quadro A.10.1 – Aspectos da Gestão Ambiental

Aspectos sobre a gestão ambiental e Licitações Sustentáveis		Avaliação	
		Sim	Não
1.	Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?	x	
2.	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?	x	
3.	As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?	x	
4.	A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8.	x	
5.	A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?	x	
6.	O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?	x	
7.	O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		x
	Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual o plano pode ser acessado.		
8.	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na <i>Internet</i> , apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		
	Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual os resultados podem ser acessados.		
Considerações Gerais			
O PLS ainda não consegue funcionar adequadamente por falta de cultura de gestão ambiental. Acredita-se que, aos poucos, a medida vai modificar esse cenário, conscientizando funcionários e gestores.			

11 ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE

11.2 Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI)

As recomendações da Controladoria-Geral da União (CGU) foram exaradas na Nota Técnica 1970/2013/NAC-5/CGU-Rio de Janeiro/RJ/CGU-PR e, desde 2013, a UJ tem adotado providências com vistas ao cumprimento das referidas recomendações.

No final do ano de 2014, houve uma inspeção da CGU na UJ para verificar se as recomendações foram efetivamente cumpridas. De acordo com o Coordenador de Administração da UJ, que acompanhou a diligência, embora a CGU ainda não tenha emitido resposta formal a respeito, o resultado do acompanhamento do órgão de controle se encontra descrito abaixo.

11.2.1 Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício

UNIDADE JURISDICIONADA			
Denominação Completa			Código SIORG
Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
			Nota Técnica 1970/2013/NAC-5/CGU-Rio de Janeiro/RJ/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas			
Descrição da Recomendação: Estabelecer formalmente o PDTI ou outro instrumento ou mecanismo efetivo de planejamento para a área de TI, que permita ao gestor conhecer previamente as necessidades de aquisições e contratações de equipamentos e suprimentos da área de modo a viabilizar a realização dos devidos processos licitatórios.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação: Coordenação de Atividades Técnicas			Código SIORG
Síntese da Providência Adotada: a formalização e publicação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e da Comunicação aconteceu no final do ano de 2013.			
Síntese dos Resultados Obtidos: a unidade está implementando e se adaptando às normas estabelecidas no plano.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A recomendação do OCI funcionou como pressão interna positiva à organização da unidade, apontando para a necessidade de elaboração do plano.			
Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
			Nota Técnica 1970/2013/NAC-5/CGU-Rio de Janeiro/RJ/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas			
Descrição da Recomendação: Constituir Comissão para a Coleta Seletiva Solidária.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação: Diretoria.			Código SIORG
Síntese da Providência Adotada: Foi constituída comissão para coleta seletiva solidária.			
Síntese dos Resultados Obtidos: a unidade ainda está apurando os resultados da medida adotada.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Como foi constituída comissão para criação e execução do Plano de Logística Sustentável do CBPF, a realização de coleta seletiva solidária está incluída no rol de tarefas dessa comissão.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
			Nota Técnica 1970/2013/NAC-5/CGU-Rio de Janeiro/RJ/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas			
Descrição da Recomendação: Implantar uma efetiva separação dos resíduos recicláveis descartados, na fonte geradora, destinando-os para as associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis, na forma estabelecida no Decreto nº 5.940/2006.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação: Diretoria.			Código SIORG
Síntese da Providência Adotada: foi firmado um Termo de Compromisso cujo objeto é a destinação de materiais recicláveis e tem por base o Decreto nº 5.940/2006, assinado entre o CBPF e a Cooperativa Coopquitungo, cuja vigência é de 13/05/2013 a 12/05/2015.			
Síntese dos Resultados Obtidos: destinação adequada de materiais recicláveis.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A criação da comissão para o PLS do CBPF alavancou os trabalhos destinados a redução do impacto das atividades no meio ambiente.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
			Nota Técnica 1970/2013/NAC-5/CGU-Rio de Janeiro/RJ/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas			
Descrição da Recomendação: Buscar orientações, junto ao MCTI, sobre a atribuição de fiscalização dos objetos pactuados e de análise das prestações de contas, no que se refere aos Termos de Cooperação			

inerentes ao Programa de Entidades Associadas das Unidades de Pesquisa do MCTI.	
Providências Adotadas	
Sector Responsável pela Implementação: Diretoria.	Código SIORG
Síntese da Providência Adotada: O diretor do CBPF expediu ofício ao MCTI buscando as orientações em questão.	
Síntese dos Resultados Obtidos: Por meio do Ofício nº 2112/2012, a Fundação Norte-Rio-Grandense de Pesquisa e Cultura esclareceu que não recebe descentralização de crédito da UFRN.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Embora o MCTI considere que o CBPF tem a atribuição de fiscalizar os objetos pactuados, a única entidade associada discorda. De qualquer modo, a UJ não vai mais repassar TEDs (Termos de Execução Descentralizada) para a UFRN. Hoje o Ministério realiza a transferência diretamente.	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
			Nota Técnica 1970/2013/NAC-5/CGU-Rio de Janeiro/RJ/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas			
Descrição da Recomendação: Estabelecer formalmente rotina para a execução das despesas com CPGF, que preveja: - o estabelecimento prévio do limite de utilização e o valor para cada portador de cartão de pagamento; - a necessidade de especificação, caso a caso, da situação que justificou o uso do CPGF, dentro dos critérios definidos; e - a limitação do valor para despesas excepcionais e de pequeno vulto, independentemente da classificação contábil.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação: Coordenação de Administração (CAD/CBPF).			Código SIORG
Síntese da Providência Adotada: foi elaborada uma rotina de execução de despesas com o CPGF contendo os itens solicitados.			
Síntese dos Resultados Obtidos: a CGU reconheceu, na mesma nota técnica em referência, o atendimento da recomendação.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A recomendação do OCI facilitou a organização interna da unidade.			
Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
			Nota Técnica 1970/2013/NAC-5/CGU-Rio de Janeiro/RJ/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas			
Descrição da Recomendação: Estabelecer rotina/procedimento de cadastramento de atos no SISAC,			

considerando ainda a conveniência de alocar um servidor para a função, de modo a cumprir os prazos estabelecidos pelo TCU.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação: Serviço de Recursos Humanos – Coordenação de Administração.			Código SIORG
Síntese da Providência Adotada: foi elaborada rotina para cadastramento de atos no SISAC.			
Síntese dos Resultados Obtidos: a CGU reconheceu o atendimento da recomendação na mesma nota técnica em referência.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A recomendação do OCI funcionou como pressão interna positiva à organização da unidade, apontando para a necessidade de elaboração da rotina.			
Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
			Nota Técnica 1970/2013/NAC-5/CGU-Rio de Janeiro/RJ/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas			
Descrição da Recomendação: Formalizar a criação do comitê de TI, com a atribuição de decidir sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a Unidade.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação: Diretoria.			Código SIORG
Síntese da Providência Adotada: a Portaria do CBPF nº 18, de 26/03/2013, designou a Comissão de Tecnologia da Informação – TI com a finalidade de auxiliar nas decisões da Diretoria do CBPF nas questões relativas à gestão e ao uso Corporativo da TI.			
Síntese dos Resultados Obtidos: foi elaborado um planejamento para a área de TI.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A recomendação do OCI funcionou como pressão interna positiva à organização da unidade no que concerne à área de TI.			
Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
			Nota Técnica 1970/2013/NAC-5/CGU-Rio de Janeiro/RJ/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas			
Descrição da Recomendação: Realizar estudo sobre as necessidades de recursos humanos de TI no CBPF, especialmente na Coordenação de Atividades Técnicas – CAT, e encaminhá-lo ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI, de modo que esse fique ciente da carência de pessoal de TI no CBPF.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação: Coordenação de Atividades Técnicas.			Código SIORG

Síntese da Providência Adotada: foram realizados estudos das necessidades de TI relativas a software, hardware e recursos humanos, além de ofício encaminhando esse estudo à Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa do MCTI – SCUP/MCTI.
Síntese dos Resultados Obtidos: a unidade se planeja melhor na área de TI.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
A recomendação do OCI funcionou como pressão interna positiva à organização da unidade na área de TI.

Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
			Nota Técnica 1970/2013/NAC-5/CGU-Rio de Janeiro/RJ/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas			
Descrição da Recomendação: Estabelecer formalmente procedimento, rotina ou checklist para as contratações por inexigibilidade de licitação, com a finalidade de considerar toda a legislação que rege a matéria, inclusive quanto à obrigatoriedade de anexação de justificativa dos preços praticados ou dos documentos que comprovem a impossibilidade de obtê-la.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação de Administração			
Síntese da providência adotada: foi estabelecido formalmente o procedimento em questão.			
Síntese dos Resultados Obtidos: a unidade está implementando a providência e se adaptando à necessidade de execução da rotina em questão.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A recomendação do OCI funcionou como pressão interna positiva à organização da unidade, apontando para a necessidade de organização das rotinas dos processos de licitação.			

Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
			Nota Técnica 1970/2013/NAC-5/CGU-Rio de Janeiro/RJ/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas			
Descrição da Recomendação: Especificar objetivamente, nos editais/termos de referências dos certames realizados, os critérios de sustentabilidade a serem cumpridos pelas empresas licitantes, em cada caso, conforme aplicabilidade e viabilidade, abstendo-se de incluí-los de forma genérica.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação de Administração			
Síntese da providência adotada: segundo o setor de licitações, tem-se procurado ao máximo atender a recomendação em referência, inclusive sob a revisão da Advocacia-Geral da União.			
Síntese dos Resultados Obtidos: a unidade está implementando a providência e se adaptando à necessidade de consideração e execução da medida de sustentabilidade.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

A recomendação do OCI funcionou como pressão interna positiva à organização da unidade, apontando para a necessidade de consideração e execução da medida de sustentabilidade.

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	Código SIORG
Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas	
Recomendações do OCI	
Recomendações Expedidas pelo OCI	
Comunicação Expedida	
Nota Técnica 1970/2013/NAC-5/CGU-Rio de Janeiro/RJ/CGU-PR	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	
Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas	
Descrição da Recomendação:	
Licitar os serviços de desembaraço aduaneiro considerando as necessidades de todos os órgãos para os quais o CBPF realiza importações de equipamentos.	
Providências Adotadas	
Setor	Responsável pela Implementação:
Coordenação de Administração.	
Síntese da providência adotada:	
Contratação direta de serviços de frete e seguro utilizando a intermediação de empresa responsável pelo desembaraço aduaneiro de mercadorias importadas, bem como a utilização de serviço de desembaraço sem respaldo contratual nos casos de importações realizadas para outras unidades de pesquisa vinculada ao MCTI.	
Síntese dos Resultados Obtidos:	
o gestor realizou nova contratação, nos mesmos moldes das anteriores, mediante pregão eletrônico nº 02/2013, considerando desta vez o quantitativo estimado de importações para as outras unidades do MCTI para as quais ele concentra o processo de importação.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Não foi informada pelo setor responsável.	

Recomendações Expedidas pelo OCI	
Comunicação expedida:	Nota Técnica 1970/2013/NAC-5/CGU-Rio de Janeiro/RJ/CGU-PR
Descrição da Recomendação:	
aprimorar o fluxo interno de informações da unidade, de modo que as informações fornecidas no próximo Relatório de Gestão do CBPF reflitam a real situação da UJ, especialmente no que se refere aos controles internos.	
Providências Adotadas	
nenhuma	
Setor Responsável pela Implementação	
Diretoria	
Síntese da providência adotada:	
foi realizada uma reunião entre o gestor e o representante da CGU.	
Síntese dos resultados obtidos:	
Após reunião com o gestor e os devidos esclarecimentos, a CGU considerou a recomendação atendida.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Aparente carência de conscientização entre os servidores da UJ sobre a importância e/ou necessidade de aprimoramento do fluxo de informações interno.	

11.2.2 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
			Nota Técnica 1970/2013/NAC-5/CGU-Rio de Janeiro/RJ/CGU-PR

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação
Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas
Descrição da Recomendação: Realizar estudo, consultando o MCTI, se necessário, sobre a forma mais vantajosa para contratação dos serviços de frete (nacional e internacional) e seguro relacionados com a importação de equipamentos, respeitando os princípios da impessoalidade e da isonomia, bem como o devido processo licitatório.
Providências Adotadas
Setor Responsável pela Implementação: Coordenação de Administração.
Justificativa para o seu não Cumprimento Segundo o Coordenador de Administração do CBPF, os prazos das recomendações da Controladoria Geral da União (CGU) não foram cumpridos porque os esforços para seu atendimento ainda estão sendo envidados.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Não foi informada pelo setor responsável. Unidade Jurisdicionada

Recomendações do OCI
Recomendações Expedidas pelo OCI
Ordem
OS 201203679
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação
Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas
Descrição da Recomendação: Estabelecer formalmente procedimento ou rotina a ser observada para recebimento de bens e materiais de informática adquiridos, incluindo a conferência, ainda que por amostragem, das especificações dos produtos e bens entregues, que devem ser compatíveis com as exigências do edital da licitação de origem para que sejam aceitos.
Providências Adotadas
Setor Responsável pela Implementação: Coordenação de Administração.
Justificativa para o seu não Cumprimento O cumprimento desse item não pode ser efetivado devido a problemas de liberação orçamentária e financeira ocorridos no exercício em questão, fato que prejudicou a execução do planejamento dos processos licitatórios das compras dos referidos bens e materiais de informática.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Foi criado procedimento para o recebimento de bens e materiais de informática adquiridos. A aplicabilidade do procedimento será verificada pela CGU nas próximas ações de controle. Observação: a recomendação 138413 “Planejar a execução dos trabalhos de modo a evitar o fracionamento de despesas com a consequente fuga ao processo licitatório” foi cancelada e anexada a esta por se tratar do mesmo assunto.

Quadro A.11.3 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º)	Obrigados a entregar a DBR			

da Lei nº 8.730/93)	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	15		
	Entregaram a DBR	15		
	Não cumpriram a obrigação			

Quadro A.11.5 – Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, EDUARDO DUARTE DE MENDONÇA, CPF nº769.667.557-53, **Chefe de Serviço de MATERIAL E PATRIMÔNIO**, exercido no CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS FÍSICAS, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2014 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece a LDO 2014 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 09 de MARÇO de 2015.

EDUARDO DUARTE DE MENDONÇA

769.667.557-53

Chefe de Serviço de Material e Patrimônio do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas - CBPF

12 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

12.1 Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

Breve histórico.

Com base legal na Lei 4.4320/64, 10.180/2001, PO/MF 184/2008 e a IN/SRF 162/98 – Anexo I e II, NBC T 16.9, 16.10, foram estabelecidos as novas diretrizes para a prática, procedimento, elaboração e divulgação contábil apartir de 2010 com prazo máximo de ajustes em todas as contas até 2013, para a avaliação, reavaliação, depreciação, amortização e exaustão dos bens patrimoniais público, em convergência com a Norma Internacional de Contabilidade Aplicada no Setor Público, para espelhar o real valor do imobilizado patrimonial.

A metodologia, normas, cálculos e taxas utilizadas para realizar a avaliação do imobilizado estão estabelecidas na MACROFUNÇÃO SIAFI 02.03.30.

O registro de depreciação é executado mensalmente de acordo com o método linear ou quotas constantes: distribui o custo do bem em função exclusiva do tempo (QUOTA ANUAL DE DEPRECIAÇÃO = CUSTO VALOR RESIDUAL/Nº DE PERÍODO DE VIDA ÚTIL DO BEM):

Valor contábil bruto inicial – 01/01/2014:.....	R\$ 21.734.038,53
Valor contábil bruto final – 31/12/2014:.....	R\$ 25.275.045,47
Valor da depreciação inicial – 01/01/2014:.....	R\$ 7.815.093,11
Valor da depreciação final – 31/12/2014:.....	R\$ 9.445.769,11

12.2 Apuração dos custos dos programas e das unidades administrativas

A metodologia de apuração dos custos ainda está em fase de estudo e definição por parte do setor competente da administração pública.

12.3 Conformidade Contábil

Após verificar as transações de consulta de inconsistência das contas: CONCONTIR, CONINCONS, COMPARINC, CONEQCONT, dentro do período pré-estabelecido no calendário de fechamento do mês para acertos e reequilíbrio das contas contábeis, é efetuado o Registro de Conformidade Contábil mensal.

No exercício de 2014, a Setorial Contábil de UG do CBPF não efetuou registro mensal de conformidade com restrição dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

12.4 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

Quadro A.12.4.1 – Declaração do Contador Afirmativa da Fidedignidade das Demonstrações Contábeis

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)		Código da UG	
CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS FÍSICAS - CBPF		240120	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, relativos ao exercício de 2014, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	RIO DE JANEIRO	Data	09 DE MARÇO DE 2015
Contador Responsável	RAIMUNDO NONATO DE AMARANTE MOURA	CRC nº	RJ-082121/O-6

13 OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

Ainda sob a vigência do Plano Diretor 2011-2015 – a íntegra do documento encontra-se na página eletrônica da unidade (www.cbpf.br) –, oriundo de Planejamento Estratégico realizado em 2010, a instituição segue consolidando sua atuação enquanto promotora de conhecimento inovador e ao, mesmo tempo, procurando desenvolver suas aplicações e enfrentar os novos desafios que se colocam. O ano de 2014 foi marcado pelas convocações das coordenações para formulação de propostas ao próximo Plano Diretor da unidade. Além disso, destaca-se também a adaptação dos novos servidores à unidade, fruto de concurso público realizado em 2012, que resultou no preenchimento de doze vagas na área de pesquisa, uma na área de gestão e três na área técnica. Destaca-se também, apesar do contingenciamento de despesas no exercício em referência, que o CBPF obteve desempenho considerado “Bom”, segundo os “Procedimentos de Avaliação de Desempenho” estabelecidos no texto do Termo de Compromisso de Gestão.

De acordo com a "Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2012-2015", a instituição se alinha a um dos grandes eixos do documento, denominado "sociedade do conhecimento", que prevê uma sociedade mais justa para cuja construção a ciência e a inovação desempenham papel determinante.

Entre as linhas de ações definidas para o alcance dessa meta pelo Ministério, e que permanecem vigentes, uma das mais relevantes é fazer com que as atividades de pesquisa tenham maior impacto sobre o desenvolvimento tecnológico e, conseqüentemente, socioeconômico do país.

Uma das ações já implementadas nesse sentido é a formação de redes nacionais de pesquisa, visando estreitar a cooperação entre as Unidades do MCTI e também permitir sua inserção em grandes projetos de alcance internacional em diversas áreas de atuação. Quanto à sua atuação na formação de redes de pesquisa, atualmente o CBPF é órgão gestor da RENAFEA, do LABNANO e integra a NANOTOX, além de abrigar o Instituto Nacional de Sistemas Complexos - INCT-SC – o qual, em 2013, foi avaliado como “excelente” pelo CNPq – e de integrar o Instituto Nacional de Informação Quântica - INCT-IQ, todas áreas consideradas estratégicas para a ampliação e consolidação do desenvolvimento do país.

Dando continuidade também às ações implementadas no período anterior e que integram o plano em curso, o CBPF continuará avançando na criação de laboratórios multiusuários que venham atender não só demandas internas, mas também de outras unidades e instituições de pesquisa com viabilidade de gerar tecnologias que possam ser transferidas para a indústria e a sociedade.

O Plano Diretor para esse quinquênio concentra-se nesse objetivo, estabelecendo prioridades e metas relevantes, em um cenário que se encontra sob sua governabilidade. No entanto, para de fato cumprir as metas e objetivos propostos, é necessário aumentar substancialmente os recursos humanos da instituição (o número de servidores recém-ingressados no quadro da instituição, pelo concurso realizado em 2012, ainda é insuficiente), manter a expansão de seu orçamento verificada no período anterior e ter consolidadas as iniciativas de ampliação institucional previstas no PDU 2011 – 2015.